

INADIMPLEMENTO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA

E CONTEXTO FAMILIAR

Rodrigo Ferreira Lima



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

Rodrigo Ferreira Lima

INADIMPLEMENTO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA

E CONTEXTO FAMILIAR

1

.ª edição

Salvador

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

018

2



L732

LIMA, Rodrigo Ferreira.

Inadimplemento da pensão alimentícia e contexto familiar / Rodrigo Ferreira

Lima. - Salvador: Defensoria Pública do Estado da Bahia - ESDEP, 2018.

8

7p.

ISBN: 978-85-54224-00-4

Livro – Defensoria Pública da Bahia – Escola

Superior da Defensoria Pública da Bahia

1

. Prisão Civil – Devedor de alimentos. 2. Pensão alimentícia –

inadimplência. 3. Direito Comparado – Prisão Civil. I. Título.

CDD 342.1615

Ficha catalográﬁca: Adriana Vasconcelos Conceição – CRB/5: 1885/O

Defensoria Pública do Estado da Bahia

www.defensoria.ba.def.br

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

esdep@defensoria.ba.def.br

Tel.: (71) 3117-6918



dedicatória

Ofereço a Deus esta vitória.

Compartilho com meus pais este degrau.

Agradeço aos professores a atenção.

Sugiro à comunidade as ideias expostas.

Relembro a gente hospitaleira com quem tive o prazer de conviver nas vastas terras do

Extremo Sul do Estado da Bahia, especialmente em Teixeira de Freitas.

“

Três vezes cair, quatro levantar.” – Rodrigo Ferreira Lima.

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT

. INTRODUÇÃO

. FAMÍLIAS

2

1

4

2

3

4

8

12

14

16

2

2

2

.1 FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

.2 FAMÍLIA E GÊNERO

.3 PROTEÇÃO JURÍDICA DA FAMÍLIA

. DIREITOS FUNDAMENTAIS E ALIMENTOS

20

22

24

27

3

3

3

.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS

.2 DIREITO FUNDAMENTAL AOS ALIMENTOS

.3 DIREITO FUNDAMENTAL DE NÃO SER PRESO CIVILMENTE

. PRISÃO E ALIMENTOS

30

33

37

4

4

4

.1 SISTEMA CARCERÁRIO E PECULIARIDADES

.2 PRISÃO CIVIL DE IDOSOS

.3 INADIMPLEMENTO FAMILIAR: UM OLHAR SOCIAL

42

5

. DIRETRIZES AO ADIMPLEMENTO DE ALIMENTOS

48

50

55

64

5

5

5

.1 COMPARATIVO DA COBRANÇA DE ALIMENTOS EM OUTROS PAÍSES

.2 RESTRIÇÕES CADASTRAIS E ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

.3 COBRANÇA DE PENSÃO ALIMENTÍCIA SUBSIDIÁRIA EM RELAÇÃO AO ESTADO

6

. CONSIDERAÇÕES FINAIS

72

78

REFERÊNCIAS

RESUMO/ABSTRACT

RESUMO/

ABSTRACT



3

RESUMO

O presente texto analisou o contexto da cobrança de alimentos no sistema

judicial brasileiro. Para tanto, abordou conceitos como família e alimentos.

Discutiu a eﬁciência do modelo judicial vigente e fez um comparativo do direito

internacional.Ométodoutilizadofoiarevisãobibliográﬁca,aﬁmdedemonstrar

aviabilidadedosobjetivostraçadosnoordenamentojurídicobrasileiro.Dentreos

resultadosmensurados,cita-seaviabilidadedoestímulodepráticasalternativasà

prisão civil na persecução de alimentos e o desenvolvimento, pelo Poder Público,

de meios eﬁcazes de facilitação ao adimplemento da obrigação alimentar.

Palavras-chave: Prisão Civil de Devedor de Alimentos. Pensão Alimentícia.

Direito Comparado e Prisão Civil.

ABSTRACT

The content of analyzing the context of the recovery of maintenance in the Brazilian

judicial system. It thus explores concepts like family and food. Discusses the eﬃciency

of the current judicial model and makes a comparative international law. The method

used was a literature review in order to demonstrate the feasibility of the objectives

outlined in the Brazilian legal system. It concluded the viability of the stimulus practical

alternatives to the civil prison in pursuit of food. Moreover, can be attributed to the State

greater emphasis on the responsibility of the food supply to minors. (Tradução livre)

Keywords: Alimony. Civil Prision. Comparative Law.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia

1

. INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO



5

O

presente trabalho destrincha a cobrança de alimentos

no sistema judicial brasileiro. Sugere métodos alter-

nativos à prisão civil do devedor, assim como ocorre em

outros ordenamentos jurídicos. Assim, é possível questio-

nar o papel do Estado em relação a tal inadimplemento.

Decisões esparsas e projetos de lei ocupam-se da crítica aos efeitos

da prisão civil em relação aos indivíduos e às suas famílias. A tecnolo-

gia, atualmente empregável no ﬂuxo de recursos ﬁnanceiros do cidadão,

pode indicar meios mais razoáveis de constrição de valores para a satis-

fação do crédito alimentar.

A atuação de instituições como a Defensoria Pública Estadual per-

mite observar a impossibilidade material de alguns cidadãos hipossu-

ﬁcientes para adimplir a obrigação alimentar. Logo, diante de tal fato,

o que se há de fazer? Razoável perquirir a atuação estatal a partir da

Constituição Federal de 1988.

A escolha pelo tema ocorre na perspectiva da construção de pro-

posições veriﬁcáveis na realidade jurídica. Assim, o método de revisão

de literatura é o mais adequado, inclusive para justiﬁcar a introdução

de postulados do direito estrangeiro.

Fica claro que o levantamento bibliográﬁco é de fundamental importância

para a formulação do problema de pesquisa. Todavia, por si só, ele é insu-

ﬁciente. Requer-se a reﬂexão crítica acerca dos assuntos estudados, de tal

forma que seja possível identiﬁcar controvérsias entre os diferentes auto-

res, identiﬁcar abordagens teóricas relevantes para o estudo de fenômeno

e, se possível, optar por uma abordagem teórica capaz de fundamentar o

trabalho. (GIL, 2002, p. 63)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia

6

Rodrigo Ferreira Lima

Devido à interdisciplinaridade1 do tema, ﬁzeram-se necessários

comentários acerca da família brasileira contemporânea. Desta forma,

demonstra-se como o conceito de família transmudou-se em famílias.

A abordagem constitucional da modulação dos valores vida e liber-

dade ocorreu em seguida, notadamente para demonstrar a ponderação

entre direitos igualmente importantes. O modelo de adimplemento de

alimentosdefendidopreservaasgarantiasfundamentaisconstitucionais.

Neste mister, em seguida, abordam-se reﬂexos da prisão civil de

alimentos sobre a família. A prisão civil de avós tem sido amplamente

questionada nos tribunais e no Congresso Nacional. As peculiaridades

do sistema prisional brasileiro permitiram reﬂetir sobre a observância

dos preceitos da prisão civil.

Para tanto, relevante abranger o conceito de família, especialmente

em relação ao enquadramento constitucional desta entidade. O enten-

dimento correto das relações de parentesco é imprescindível na com-

preensão da obrigação alimentar.

O direito fundamental aos alimentos, a par de estar disposto no

Código Civil, é uma garantia fundamental de todos os cidadãos. Tal

noção permitiu sedimentar a perspectiva de uma maior responsabili-

dade civil do Estado neste tema.

A restrição da liberdade como meio de coerção ao pagamento tor-

na-se questionável na medida em que podem ser apontadas diretrizes

modernas ao adimplemento da obrigação alimentar. Busca-se um “sope-

samento” de princípios constitucionais, igualmente relevantes, a subsis-

tência e a liberdade.

1

“A interdisciplinaridade seria acionada para melhor compreender como a família é a um tempo uma

relação social singular e está inserida e modelada por várias relações sociais que compõem sistemas

como os de gênero, geração, raça/etnicidade e classe social”. (CASTRO, Mary Garcia. I Congresso

Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói-RJ: ANNINTER-SH/PPGDS-UFF, 03 a 06 de setembro

de 2012. ISSN 2316-266X. (Disponível em: http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/INDICE%20

DE%20TRABALHOS.pdf)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



7

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

Neste percurso, importante o recurso às doutrinas nacional e inter-

nacional, a ﬁm de compreender os postulados fundamentais do tema

alimentos. Ao passo que se promove a análise de posicionamentos juris-

prudenciais recentes em relação ao tema.

Deste percurso é possível sugerir a construção de um modelo eﬁ-

ciente de persecução de alimentos, a partir, inclusive, do direito com-

parado de outros países, sem, contudo, deixar de sinalizar para as

alternativas já encontráveis no ordenamento jurídico nacional.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



2

. FAMÍLIAS

FAMÍLIAS



9

A

de maneira a reﬂetir o ideal de atendimento das neces-

família passou por modiﬁcações ao longo dos séculos,

sidades dos seus componentes. No livro “A história social

da família e da criança”, tal compreensão é observável ao

relacionar-se o contexto social à vida privada da Europa

Ocidental na baixa Idade Média.

A importância dada ao ofício na iconograﬁa medieval é um sinal do valor

sentimental que as pessoas lhe atribuíam. Era como se a vida privada de

um homem fosse antes de mais nada seu ofício. Uma das representações

mais importantes do ofício o liga ao tema das estações, cuja importância

já tivemos a oportunidade de conhecer a propósito das idades das vidas.

(ARIÈS, 1981, p. 196)

Nas representações acerca do cotidiano europeu por volta do século

XV, as divisões de tarefas ocorrem por sexo. O público, o externo, é enfa-

tizado em detrimento de traços da intimidade familiar. O conceito de

família é relacionável ao direito de herança e linhagem2.

Privilegia-se o patronímico (sobrenome derivado do pai ou de um

antecessorpaterno)eaperpetuaçãodastradiçõesdeumgrupo.Aherança

não necessariamente é restrita aos descendentes diretos, podendo envol-

ver um grupo de gerações que tem uma experiência aldeã.

2

“A ideia essencial dos historiadores do direito e da sociedade é que os laços de sangue não constituíam

um único grupo, e sim dois, distintos, embora concêntricos; a família ou mesnie, que pode ser comparada à

nossa família conjugal moderna, e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de

um ancestral”. (ARIÈS, 1981, p. 211)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



1

0

Rodrigo Ferreira Lima

A linhagem privilegia a proteção ao patrimônio, de maneira a

se contrapor à fragilidade do Estado na baixa Idade Média europeia.

Reﬂexo disso é o desenvolvimento da indivisão de bens do casal, assim

como a opção pelo direito de herança ao primogênito.

O pai manteve e até mesmo aumentou a autoridade que, nos séculos XI e

XII, lhe havia sido conferida pela necessidade de manter a integridade do

patrimônio indiviso. Sabemos, por outro lado, que, a partir do ﬁm da Idade

Média, a capacidade da mulher entrou em declínio. Foi também no século

XII, na região do Mâconnais, que o direito da progenitura se difundiu nas

famílias nobres. Ele substituiu a indivisão, que se tornou mais rara, como

meio de salvaguardar o patrimônio e sua integridade. (ARIÈS, 1981, p. 213)

A indivisão dos bens foi um meio de garantir a proteção econômica.

A uniﬁcação atrelava a administração dos bens ao homem, responsá-

vel pela defesa dos bens. O direito de herança ao primogênito reﬂetia a

necessidade da perpetuação do patrimônio e da honra familiar3.

Para os camponeses com menor patrimônio, em lugar da linhagem,

a organização ocorreu em comunidades aldeãs. Assim, relativizou-se a

ausência de um poder estatal mais forte. O privilégio à intimidade fami-

liar favoreceu a distinção do lar e do espaço público: “A inﬂuência do

sentimento da família também pode ser reconhecida, especialmente no

século XVII, na nova maneira de pintar um casamento ou o batismo”.

(ARIÈS, 1981, p. 215)

Deste período remonta a natureza contratual do casamento. Isto

porque o poder religioso atribuía a tal ato um caráter de “naturalismo

pagão”. Tanto assim que tais celebrações ocorriam nas escadarias das

3

“Ao mesmo tempo, nesses séculos XI e XII do Mâconnais, podemos constatar o progresso da indivisão.

É dessa época que data a indivisão dos bens dos dois cônjuges, que, no século X, ainda não estavam

fundidos numa massa comum, administrada pelo marido: nesse século, o marido e a mulher geriam um

seu bem hereditário, compravam e vendiam separadamente, sem que o cônjuge pudesse intervir”. (ARIÈS,

Philippe. História social da criança e da família. p. 212)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



11

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

igrejas4. Tais solenidades evidenciavam a união de patrimônios em torno

do varão, observável também na América Portuguesa.

Que tipo de família seria esta do falido senhor de engenho? Patriarcal, em

forma de vasta parentela que se expandia verticalmente pela miscigena-

ção e, horizontalmente, pelos matrimônios contraídos pela elite branca?

(SOUZA, 1997, p. 280)

Importante destacar, neste retrospecto da organização familiar, o

papel que as crianças vêm a assumir. No histórico das famílias, impor-

tante compreender a mudança na criação dos ﬁlhos como reﬂexo da

alteração das relações familiares.

A família concentrou-se em torno da criança. Esta não ﬁcou, porém,

desde o início com seus pais: deixava-os para ir a uma escola distante,

embora no século XVII se discutissem as vantagens de se mandar a

criança para o colégio e muitos defendessem a maior eﬁcácia de uma

educação em casa, com um preceptor. Mas o afastamento do escolar não

tinha o mesmo caráter e não durava tanto quanto a separação do apren-

diz. (ARIÈS, 1981, p. 232)

A partir do século XV, na Europa Ocidental, altera-se a forma

como a criança é educada. Amplia-se o número de centros de instrução

para diferentes regiões. Tal descentralização permite aos infantes per-

manecerem por mais tempo com os ascendentes, e o vínculo familiar

é fortalecido.

À proporção que a educação regular se expande, relativiza-se a pre-

valência de direitos do ﬁlho mais velho, uma vez que na escola passou a

haver igualdade entre as crianças. A terminologia civil ganha força nos

séculos XVI e XVII na Europa como sinônimo de público. O Direito Civil

4

“Durante muito tempo o casamento foi apenas um contrato. A cerimônia, a julgar por suas

representações esculpidas, não se realizava no interior da igreja, e sim na entrada, diante do pórtico”.

(ARIÈS,1981, p. 214)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



1

2

Rodrigo Ferreira Lima

absorve este primado da igualdade entre os ﬁlhos: “Assistimos aqui ao

início de um sentimento que resultaria na igualdade do Código Civil, e

que, como sabemos, já havia penetrado nos costumes do ﬁnal do século

XVIII”. (ARIÈS, 1981, p. 235)

A intimidade do lar é ressaltada e aponta para um caminho obser-

vável até os dias de hoje, na proporção em que a família passa a se orga-

nizar em função dos descendentes. A família aos poucos vai realçando o

aspecto afeição ao lado das funções de sustento e proteção patrimonial.

2

.1 FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

A dinâmica das relações sociais contemporâneas relativizou

padrões comportamentais pré-estabelecidos. A maior liberdade de

manifestação dos sentimentos favoreceu novos arranjos familiares. No

âmbito brasileiro, importante fazer-se referência às alterações estrutu-

rais que interferiram na conformação da família.

A modernização ocorrida na sociedade brasileira, em sua dimensão eco-

nômica, política, cultural e tendências culturais individualistas e relati-

vistas, desencadeou novas situações para a vida familiar, compelindo-a a

redeﬁnir suas relações internas e seus padrões de relacionamento, dando

origem a formas alternativas de sociabilidade na família. (PORRECA

(Autor). MOREIRA; PETRINI; BARBOSA (Organizadores), 2010, p. 107)

Nas duas últimas décadas, a sociedade brasileira ampliou o percen-

tual de industrialização. Tal fato propiciou uma maior oferta de opor-

tunidades entre os cidadãos. Logo, o exercício deste ideal de igualdade

integra-se às relações familiares.

A perspectiva de realização pessoal pôs ﬁm à deﬁnição da mulher como

rainha do lar e abriu as portas das empresas ao trabalho feminino. Isto

aumentou sensivelmente os rendimentos domésticos e as possibilidades

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



1

3

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

de consumo familiar e, simultaneamente, reduziu o tempo de dedicação às

tarefas domésticas e à educação dos ﬁlhos. (PETRINI, 2007, p. 02)

O afeto passa a ocupar papel de destaque na família contemporâ-

nea. A defesa da realização pessoal inﬂuencia a delimitação equânime

de responsabilidades. Cite-se como exemplo a substituição do termo

“

pátrio poder” pela expressão “poder familiar” na legislação civil5.

A busca da realização pessoal atualmente é fator relevante na cons-

trução de “relações amorosas satisfatórias”6. Não há mais modelos exclu-

sivos de família. Inclusive o Direito aborda temas antes sensíveis como

a convivência entre gerações.

No quadro das transformações econômicas e políticas, em que a privati-

zação dos cuidados com idosos parece depender cada vez mais dos pro-

gramas oferecidos pela comunidade e do cuidado informal das famílias,

chama-se a atenção para as implicações e riscos de se perpetuar as desi-

gualdades sociais de gênero. (GOLDANI, 1999, p. 110)

A família é um centro de socialização primária, na qual as primei-

ras condutas éticas são transmitidas. Assim, é um ente de organização

social, protegido pela Constituição Federal do Brasil7. Desta forma, as

repercussões desta entidade sobre a coletividade são objeto de políti-

cas públicas.

As políticas de Estado voltadas à família não devem ter mais o cará-

ter meramente assistencial. Devem ser fornecidos instrumentos econô-

micos eﬁcazes para proteger esta categoria social e jurídica. Tal diretriz

pode contribuir para a manutenção da paz social.

5

Artigo 1.631, § único, do Código Civil do Brasil: “Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar,

é assegurado a qualquer deles recorrer a juiz para a solução do desacordo.”

“Hoje em dia, o laço conjugal se funda na procura de relações amorosas satisfatórias, e não mais

6

no compromisso de manter uma união estável, quando ela é insatisfatória.” (PORRECA, Wladimir (Autor).

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco de Barros (Organizadores). 2010.

p. 108)

7

Artigo 226 da Constituição Federal: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



1

4

Rodrigo Ferreira Lima

A preservação da identidade da família interessa à maioria da população

e ao próprio Estado. Nesse ambiente começa a crescer o empenho com as

Políticas Familiares. Estas consistem no conjunto de medidas que forta-

lecem a família nas suas relações constitutivas de reciprocidade entre os

sexos e entre as gerações, tornando-a, assim, mais capaz de resolver pro-

blemas de seus membros e mais autônoma na gestão de suas necessidades,

protagonista de suas existências. (PETRINI, 2003, p. 97)

A legislação adapta-se às novas conformações de afeto. O respeito

aosprincípiosdaigualdadeeliberdadesãoperceptíveis,notadamenteem

temas como relação parental, diversidade familiar e previdência social.

Sobreveio o pluralismo das entidades familiares, e as novas estruturas

de convívio escaparam às normatizações existentes. A exclusiva regula-

mentação dos comportamentos tidos como aceitáveis deixa à margem

da jurisdição tudo o que não é cópia do modelo ditado como único.

(DIAS, 2010, s/p)

A deﬁnição plural do conceito de afetividade amplia as responsa-

bilidades dos indivíduos, de modo a privilegiar a atenção à dignidade

da pessoa humana. As repercussões de tal extensão são observadas pelo

Estado no reconhecimento de direitos às diversas formas de família.

2

.2 FAMÍLIA E GÊNERO

A sociedade moderna impõe a mulheres e homens novos desaﬁos

perante as famílias. A mulher conjuga as atividades proﬁssionais e as

atividades do lar. Aos homens é facilitada uma participação maior na

formação dos ﬁlhos.

Tal inserção é observável na relação de compensação entre a jor-

nada fora do lar e a função fraternal. Em especial, tal sentimento rela-

ciona-se à expectativa em relação às mulheres no papel de cuidadoras8.

8

“Já as mulheres não conseguem se distanciar de seu papel de esposa e mãe, sentindo-se culpadas,

quando inseridas em carreiras promissoras, por não se dedicarem integralmente à casa e aos ﬁlhos”.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



1

5

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

Aconciliaçãodestespapéiséalgoemconstrução.Mulheresocupam

ofícios outrora eminentemente masculinos, ao passo que a proﬁssionali-

zação reduziu a desigualdade de renda entre os sexos9. Assim, a mulher

tem maior participação na determinação de sua trajetória e da família

que passa a compor.

A independência ﬁnanceira da mulher propiciou-lhe maior inde-

pendência em relação ao marido ou companheiro. Tanto assim que

atualmente já não é incomum famílias serem sustentadas por mulheres.

A estrutura familiar é adaptada à realidade social.

Tal autonomia das jovens sofreu inﬂuência da descoberta dos méto-

dos contraceptivos. Pôde-se, a partir de então, haver um planejamento

proﬁssional mais preciso. Há quem defenda a noção de que tal avanço

cientíﬁco inﬂuiu para uma melhor distribuição de direitos.

Apesar das sanções legais, ainda assim, signiﬁcativo movimento social

trouxe profundos reﬂexos na formação da família. Difícil identiﬁcar as

causas, mas não se pode negar que a emancipação feminina e a descoberta

de métodos contraceptivos acabaram por introduzir importantes mudan-

ças na sociedade. (DIAS, 2010, s/p)

O papel do pai na família contemporânea passa pela maior par-

ticipação na formação dos ﬁlhos. A tradicional divisão sexual do tra-

balho foi relativizada. Assim, há maior equidade na distribuição das

tarefas diárias.

A parceria no cuidado dos ﬁlhos poderá indicar o caminho para a

formação de um homem mais afetuoso, cooperação valorizada e termô-

metro para uma satisfatória relação conjugal: “A percepção de que esta-

ria havendo uma injusta divisão de tarefas levaria, pois, a um sensível

(PORRECA, Wladimir (Autor). MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco de

Barros (Organizadores). O pai na sociedade contemporânea. Bauru, São Paulo. Editora da Universidade do

Sagrado Coração, 2010, p. 112)

9

“Assim, parecem cada vez menos frequentes arranjos matrimoniais em que apenas um dos parceiros

se encarrega sozinho do sustento da família”. (JABLONSKI, 2010. p. 262)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



1

6

Rodrigo Ferreira Lima

aumentodeconﬂitoseàdiminuiçãodasatisfaçãomarital”.(JABLONSKI,

2

010, p. 266)

O papel desempenhado pelo homem encontra-se em mutação na

sociedade atual. O que revela a possibilidade de uma nova cultura paren-

tal. O papel do homem redimensiona-se no estímulo à assunção de res-

ponsabilidade afetiva-emocional em relação aos seus descendentes.

Em tal contexto surge o conceito do “novo pai”, mediante o qual a pater-

nidade é considerada uma oportunidade para expressar sentimentos,

participando ativamente no cuidado dos ﬁlhos, e tendo relação igua-

litária e ﬂuída com a parceira, o que se expressa na divisão de tarefas.

(BUSTAMANTE, 2005, p. 1.866)

Esta nova ﬁgura paterna está sendo gestada e encontra ainda res-

quícios das inﬂuências do modelo de família em que os pais foram cria-

dos. Trata-se de uma alteração geracional, cujo tempo não é meramente

cronológico. Tem-se a inﬂuência dos tempos de memória.

A maior simetria dos papéis sociais nas relações de gênero incor-

pora-se aos arranjos familiares. A igualdade de direitos e a comunhão

de obrigações entre homens e mulheres facilita a cooperação de ambos

no exercício das responsabilidades.

2

.3 PROTEÇÃO JURÍDICA DA FAMÍLIA

A afetividade é um traço importante para a atual concepção de

família. O modelo patrimonialista cede lugar a novos arranjos. A lei pri-

vilegia o afeto e suas repercussões entre os membros.

Outrora os dotes patrimoniais ﬁzeram parte da conformação do

direito. Os casamentos também eram direcionados para conjugação

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



1

7

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

de vantagens ﬁnanceiras. Tal circunstância não favorecia o reconheci-

mento de outras formas de afeição10.

O casamento não é mais a única alternativa de enlace. Resta faci-

litado o reconhecimento extrajudicial de Uniões Estáveis. É perceptível

a opção pela União Estável em relação ao casamento por uma parte sig-

niﬁcativa da população.

No Brasil, o número de uniões estáveis já supera a marca de 36,4% do

total dos tipos de relacionamentos. Os dados divulgados pelo Instituto

Brasileiro de Geograﬁa e Estatística (IBGE) apontam que mais de um terço

dos casais optou por manter uma união estável ao realizar o tradicional

casamento civil11.

A consolidação das liberdades civis permitiu a promoção de valo-

res mais democráticos dentro da sociedade. Gradualmente, a afeição e o

sentimento tornaram-se vetores preponderantes no conceito de família.

As relações de pai-ﬁlho são melhor assistidas, inclusive via institutos

como a guarda compartilhada12.

Hoje é possível discutir-se a possibilidade de maior reconheci-

mento da autonomia da vontade aos ﬁlhos. O Poder Judiciário tende a

estimular a resolução dos conﬂitos via mediação, oportunidade em que

o melhor interesse do menor deve ser observado.

A independência ﬁnanceira dos integrantes da família interferiu

na conjugalidade. Assim, não persistindo o afeto, diminuíram as razões

sociológicas a fazer permanecer aquele núcleo de intimidade. Daí o

aumento do número de famílias consolidadas com ﬁlhos de uniões con-

jugais anteriores, as “famílias recompostas”.

1

0

Art. 1.548. A mulher agravada em sua honra tem direito a exigir do ofensor, se este não puder ou

não quiser reparar o mal pelo casamento, um dote correspondente à sua própria condição e estado. Lei

nº 3.071/1916.

11

Disponível em: http://www.anoreg.org.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=23467:

unioes-consensuais-superam-casamento-civil-e-religioso&catid=54&Itemid=184

1

2

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



1

8

Rodrigo Ferreira Lima

As famílias recompostas, na atualidade, são reconhecidas e aceitas pela

sociedade.Enãopoderiaserdiferente.Osﬁlhosdepaisseparados,outrora

excluídos pelos padrões impostos pela família institucional, com vínculos

indissolúveis, hoje, diante da clara percepção de que o ﬁm da conjugali-

dade não exclui a parentalidade, acabam por se inserir nos novos núcleos

familiares formados pelos pais. (FERRANI, 2010, p. 89)

Benefícios previdenciários hoje consideram o grau de dependência

dos segurados. Citem-se as pensões por morte concedidas simultanea-

mente a diferentes companheiro(a)s13.

A proteção constitucional às famílias garante a promoção de direi-

tos aos múltiplos arranjos. O respeito à individualidade é norte na tutela

dos direitos retromencionados. Tais conformações inﬂuenciam também

o direito público.

1

3

“Tratando-se, portanto, a simultaneidade familiar, de realidade sociológica que se apresenta

como situação de fato, apta, todavia, em um sistema aberto, a obter a chancela jurídica de seus efeitos,

questiona-se sua exclusão pelo próprio Estado”. (FERRANI, 2010, p. 92)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

. DIREITOS

FUNDAMENTAIS

E ALIMENTOS

DIREITOS

FUNDAMENTAIS

E ALIMENTOS



21

A

dignidade da pessoa humana é princípio basilar da

interpretação da Constituição Federal. Tal exegese

potencializa o alcance do conteúdo da Carta Magna. Em

particular em relação aos direitos fundamentais.

Tal princípio é uma cláusula aberta14, um vetor a orientar o intér-

prete da Constituição Federal. De certo modo, o conteúdo de valor da

norma é preenchido a partir da ação do operador do direito.

Assim, é possível questionar-se parâmetros para justapor o direito

de liberdade dos cidadãos em relação ao atual modelo de cobrança do

débito alimentar. O “sopesamento”15 de valores igualmente importantes

requer ponderação na mensuração destes.

Valor vida16, através dos alimentos, e valor liberdade, através da

garantia fundamental de não ser preso arbitrariamente. A modulação

destes poderá, quiçá, conduzir a uma solução equânime, a considerar a

maior garantia dos valores em questão.

O princípio da dignidade da pessoa humana encontra-se posi-

tivado na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1949 e na

Constituição Federal do Brasil como princípio fundamental. A sua inte-

lecção induz a observar as dimensões da dignidade da pessoa humana.

O princípio em comento vincula inclusive a ação estatal.

Neste contexto, é importante citar as dimensões da proteção jurí-

dico-fundamental da dignidade humana. O avançar das reivindicações

1

1

1

4

5

6

SARLET, 2012, p. 50.

ALEXY, 1986, p. 100.

SILVA, 2014, p. 75.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



2

2

Rodrigo Ferreira Lima

acerca de tais necessidades relaciona-se ao surgimento de gerações

de direitos.

Costuma-se, neste contexto marcado pela autêntica mutação histórica

experimentada pelos direitos fundamentais, falar da existência de três

gerações de direitos, havendo, inclusive, quem defenda a existência de

uma quarta e até mesmo quinta e sexta gerações. (SARLET, 2012, p. 45)

Para Kant, a dignidade da pessoa humana é algo inato ao sujeito

de direito. Assim, tal postulado repercutirá em relação à forma como o

Estado atribui direitos ao indivíduo17. Temas como eutanásia e aborto

de feto anencefálico podem ser abordados sob esta ótica.

Pode-se falar sobre a diferenciação da dignidade para si, da digni-

dade para nós, da dignidade em nós. A dignidade é um bem em si mesmo,

sendo inata ao ser humano. A dignidade para si é aquele fator de proteção

à integridade do indivíduo. A dignidade para nós é o consenso social. A

dignidade em nós é o ideal a ser almejado18.

O respeito à dignidade da pessoa humana implica o reconheci-

mento de direitos fundamentais e proteção de seus destinatários. Tal

princípio pautará a interpretação dos direitos fundamentais.

3

.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS

A positivação dos direitos fundamentais ocorreu gradualmente

em relação aos sistemas constitucionais. Neste contexto, os direitos

1

7

“Num de seus últimos escritos, Kant pôs a seguinte questão: ‘Se o gênero humano está em constante

progresso para o melhor’. A essa pergunta, que ele considerava como pertencendo a uma concepção

profética da história, julgou ser possível dar uma resposta aﬁrmativa, ainda que com alguma hesitação”.

(BOBBIO, 2004, p 42)

1

8

“Consideraremos três grupos: os que estabelecem a dignidade como um absoluto transcendental

e prévio a tudo, os imanentistas, que a inscrevem numa progressão histórica, e, ﬁnalmente, os que a

negam”. (MAURER, Béatrice. In: Notas sobre o respeito da dignidade da pessoa humana... ou pequena fuga

incompleta em torno de um tema central. SARLET, 2013, p. 125)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



23

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

fundamentais favorecem a consolidação de Estados Democráticos. São,

por conseguinte, direitos históricos.

Em certa medida estão insculpidos no art. 5º da Constituição

Federal do Brasil. A eﬁcácia de tais direitos deve ser direcionada em

relação aos aspectos subjetivos e aos destinatários da norma.

Em outras palavras, a controvérsia – que de certo modo mantém suas

raízes históricas – persiste em saber se as normas de direitos fundamen-

tais geram direitos subjetivos para os indivíduos apenas em suas relações

com os Poderes Públicos, ou geram direitos subjetivos de caráter absoluto

que devem ser respeitados também nas relações do indivíduo com outros

sujeitos privados. (PEREIRA, 2007, p. 61)

A eﬁcácia prestacional dos direitos fundamentais vincula o poder

público, determinando vetores de ação. São como um catálogo, material

e procedimentalmente aberto, de garantias essenciais19.

As normas constitucionais deverão ser interpretadas de forma

a garantir-lhes o máximo de aplicabilidade. A tradicional distinção

de normas e princípios é relativizada. Portanto, é importante esta-

belecer critérios de solução de conﬂitos entre princípios e entre

regras constitucionais.

Hádiversoscritériosparasedistinguirregrasdeprincípios.Provavelmente,

aquele que é utilizado com mais frequência é o da generalidade. Segundo

esse critério, princípios são normas com grau de generalidade relativa-

mente alto, enquanto o grau de generalidade das regras é relativamente

baixo. Um exemplo de norma de grau de generalidade relativamente baixa

seria a norma que prevê que todo preso tem o direito de converter outros

presos à sua crença. Segundo o critério da generalidade, possível pensar

1

9

“De toda sorte, interessantemente, a partir de uma lógica totalmente diversa, também os

procedimentalistas acabam por concluir que a proteção de direitos básicos do homem – dentre os quais

ﬁguram, em particular, algumas condições materiais básicas, elementares para a dignidade da pessoa

humana – é pressuposto indispensável para o funcionamento adequado dos procedimentos por ele

propostos”. (BARCELLOS, 2011)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



2

4

Rodrigo Ferreira Lima

em classiﬁcar a primeira norma como princípio e a segunda como regra.

(ALEXY, 2011, p. 87)

Neste sistema constitucional, há posições jurídicas fundamentais

que compõem a estrutura do direito fundamental. Logo, tais direitos

podem ser tidos como subjetivos, sob a perspectiva de três diferen-

tes níveis.

Se direitos subjetivos são compreendidos como posições e relações jurídi-

cas [...] então é possível distinguir entre (a) razões para direitos subjetivos,

(b) direitos subjetivos como posições e relações jurídicas e (c) a exigibili-

dade jurídica dos direitos subjetivos. (ALEXY, 2011, p. 185)

É necessário sopesar20 os princípios constitucionais conforme os

paradigmas vigentes, problematizar a possibilidade de restrições direta

e indiretamente constitucionais a direitos fundamentais a partir dos

direitos à proteção, direitos à organização e procedimento e direitos a

prestações em sentido estrito.

3

.2 DIREITO FUNDAMENTAL AOS ALIMENTOS

O dever de alimentos é recíproco entre ascendentes e descendentes,

sendo certo que em boa parte dos casos a obrigação é cobrada dos ﬁlhos

em relação aos pais. Há, ainda, embora em menor escala, a cobrança de

alimentos entre ex-cônjuges ou ex-companheiros.

A família, como unidade fundamental, deve assumir o ônus de

prover as necessidades básicas do indivíduo. Desta forma, os percen-

tuais de alimentos são arbitrados no binômio possibilidade de quem

paga e necessidade de quem recebe.

2

0

“Para se alcançar uma restrição deﬁnitiva é necessário um sopesamento entre o princípio

constitucional atingido e o(s) princípio(s) que o restringe(m)”. (ALEXY, 2011, p. 284)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



2

5

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

Art. 1.694 do Código Civil brasileiro. Podem os parentes, os cônjuges

ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem

para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para

atender às necessidades de sua educação. § 1o Os alimentos devem ser

ﬁxados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da

pessoa obrigada.

A prestação de alimentos pode ocorrer “in natura”, quando o obri-

gado oferta cestas básicas e outros meios de subsistência. Já na prestação

regular é fornecido um valor pecuniário para satisfação das necessidades

básicas do indivíduo. Esta última prevalece pelo aspecto prático porque

evita subjetividades no cumprimento da obrigação alimentar.

Ainda em relação aos alimentos, é eﬁcaz a legislação brasileira

quando permite que se possa efetuar a cobrança dos alimentos gravídi-

cos, na medida em que a mãe gestante tem direito a uma colaboração

do pai da criança.

Art. 2o da Lei nº 11.804. Os alimentos de que trata esta Lei compreende-

rão os valores suﬁcientes para cobrir as despesas adicionais do período

de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclu-

sive os referentes a alimentação especial, assistência médica e psicoló-

gica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais

prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico,

além de outras que o juiz considere pertinentes.

Este dever de alimentos no Brasil tem se estendido até o ﬁm dos

estudos do jovem, na medida em que é papel do Estado e da família

fomentar a educação. Todavia, a legislação previdenciária21 ainda res-

tringe o pagamento da pensão por morte até dependentes com 21 anos

de idade, visto ter sido a idade de maioridade no Código Civil de 1916.

21

Art. 16 da Lei 8213. São beneﬁciários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de

dependentes do segurado: o ﬁlho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



2

6

Rodrigo Ferreira Lima

O direito fundamental aos alimentos decorre da Constituição

Federal ao disciplinar o núcleo familiar. Ali dispõe sobre as responsa-

bilidades e compromissos para o desenvolvimento desta entidade. Deve

receber o apoio do Estado no que for pertinente, e deverá haver a soli-

dariedade entre os membros deste grupamento.

O sistema jurídico admitiu a consanguinidade e o parentesco como

fatores de determinação do dever alimentar. Há uma relação de indi-

víduos que podem ser chamados a arcar com a obrigação de sustento,

inclusive os colaterais.

Isso permite aos avós pedirem a prisão civil dos netos, desde que

necessitem de determinado préstimo reconhecido judicialmente. É o

princípio da mútua assistência e da solidariedade, ínsito às relações de

direito de família.

No binômio da possibilidade de quem paga e da necessidade de

quem recebe22, caberá ao Poder Judiciário arbitrar o suﬁciente para a

mantença do menor. Assim, a Constituição Federal23 permite a prisão

civil do devedor de alimentos, norma que tem relação com o Pacto de

São José da Costa Rica.

Igualmente, parentes obrigados ao cumprimento da obrigação de

sustento e com o mesmo grau de parentesco em relação ao credor ratea-

rão proporcionalmente o sustento. Em não sendo possível a concessão

de alimentos pelo pai, tal obrigação subsidiariamente recorrerá sobre

os ascendentes.

A obrigação alimentar não é solidária. Admite-se o rateio entre parentes

de mesmo grau ou de grau diverso quando os mais próximos não tiverem

bens suﬁcientes para atender às necessidades do alimentando, devendo

recorrer-se para os mais remotos. (WALD, 2002, p. 46)

2

2

Art. 1.696 do Código Civil. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e ﬁlhos, e extensivo

a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Artigo 5º, LXVII, da Constituição Federal. Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo

23

inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário inﬁel.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



2

7

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

A natureza do crédito alimentar faz com que tal débito possa rela-

tivizar a impenhorabilidade do bem de família24, que representa aquele

imóvel sobre o qual não recairá a penhora judicial. Isto porque é impres-

cindível à manutenção do indivíduo.

Há o confronto entre o direito fundamental de liberdade e o direito à

percepção de alimentos por parte do credor. Nesta seara, é razoável inter-

pretar a Constituição Federal, de modo a esgotar os meios de cobrança

deste débito e apenas subsidiariamente se realizar a prisão do réu.

3

.3 DIREITO FUNDAMENTAL DE NÃO SER PRESO CIVILMENTE

A prisão civil foi durante muito tempo o meio hábil para cobrança

de obrigações cíveis e comerciais. Com o tempo, a execução de dívidas

passou a se restringir ao patrimônio do indivíduo.

Argumenta-se ser a prisão civil por dívida meio hábil de coerção

para compelir o devedor a cumprir sua obrigação. Desta feita, persistiu

no ordenamento brasileiro a prisão civil do devedor de alimentos.

E por falar em prisão por dívida, não poderíamos deixar de citar a famige-

rada Lei das XII Tábuas, que traz em suas Leis IV e V, a seguinte disposi-

ção: “IV - aquele que confessa dívida perante magistrado ou é condenado,

terá 30 dias para pagar; V - se não paga e ninguém se apresenta como

ﬁador, que o devedor seja levado pelo credor e amarrado pelo pescoço e pés

com cadeias com peso até o máximo de 15 libras”. (CORDEIRO, 2008, p. 20)

A prisão do depositário inﬁel recentemente foi relativizada25, a

partir da interpretação dos tribunais em relação à Constituição Federal,

especiﬁcamente no que se refere à recepção do Pacto de São José da

2

4

“Isto é, protege-se o bem que abriga a família com o escopo de garantir a sua sobrevivência digna,

reconhecida a necessidade de um mínimo existencial de patrimônio, para a realização de justiça social”.

(FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 850)

2

5

Súmula Vinculante 25 do Supremo Tribunal Federal: É ilícita a prisão civil de depositário inﬁel, qualquer

que seja a modalidade de depósito.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



2

8

Rodrigo Ferreira Lima

Costa Rica26, promulgado pelo Decreto presidencial nº 678, de 1992,

como se norma constitucional fosse.

Ocorre que, em se considerando a prisão civil como medida coerci-

tiva a obrigar o pagamento, esta deverá ocorrer em cela especial. Todavia,

há quem entenda que o caráter do cumprimento desta medida não afasta

o caráter punitivo penal27.

Aﬁrmando ser coerção e não pena, por que não aplicar na ação de

execução de alimentos benefícios reconhecíveis às prisões de caráter

penal? Medidas como a prisão domiciliar, por hipótese. Hoje, é razoável

pregar que a prisão civil tenha se tornado, em certos aspectos, tão gra-

vosa ao réu como a prisão de natureza penal.

Aliás, se existe algum ponto distintivo de ambas as prisões e merece-

dor de registro, essa é a possibilidade da dita prisão civil se revelar em

muitos casos drasticamente mais prejudicial e desumana do que a própria

prisão dita penal, sobretudo porque, além de resultar numa grave viola-

ção de inúmeros princípios consagrados no Direito Penal, não reconhece

vários benefícios aplicáveis em sede de execução penal. (CORDEIRO,

2

008, p. 140)

Urge a intelecção de meios alternativos à prisão, notadamente em

um sistema penal questionável. Um modelo de cobrança de alimentos

que estigmatiza o devedor é duvidoso. Ademais, dissocia-se da tendência

a um sistema de justiça que favoreça a mediação28.

2

2

6

7

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/D0678.htm

“Pretender distinguir a prisão penal da prisão civil sob aspectos exteriores, tais como o tipo de

instalação física (cadeias públicas, quartéis, colônias agrícolas, penitenciárias etc.), condições de seu

cumprimento (com direito ou não a progressão, detração, remissão, visitas etc.), atribuição de competência

quanto à matéria (juízo penal, família, civil, trabalhista, fazenda pública etc.), é um grande equívoco dos

cultores ou operadores do Direito, pois no fundo está se falando exatamente do mesmo instituto, inalterável

ao sabor dos ventos”. (CORDEIRO, 2008, p. 139)

2

8

“Talvez a justiça penal ganharia mais se assumisse este caráter simbólico e inventasse sanções mais

inteligentes que as penas clássicas mesmo combinadas com a suspensão”. (GARAPON; GROS, Frédric; PECH,

001, p. 293)

2

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



2

9

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

Há de se zelar pela otimização da intelecção dos direitos funda-

mentais em relação à prisão civil do devedor de alimentos. Isto porque

o reconhecimento de tais direitos perpassa também as relações priva-

das. Uma restrição ao direito fundamental da liberdade só deverá ocor-

rer após o sopesamento de valores igualmente importantes: liberdade e

subsistência29.

Neste passo, é frequente o recurso à prisão civil de responsáveis

que não os pais pela obrigação alimentar. Neste contexto, poder-se-ia

argumentar que a prisão civil não se dissocia integralmente do caráter

penal. Logo, razoável cogitar a aplicação do princípio da pessoalidade

da pena30, o qual, sob esta ótica, turbaria a validade do decreto prisional

para quem não fosse pai do menor credor de alimentos.

Cezar Augusto Rodrigues entende que não há como deixar de estabelecer

comparações da prisão civil com a de natureza penal, tendo em vista que

ambas importam em cerceamento da liberdade, com a mesma conotação

para o sujeito passivo. (MAIA, 2013, p. 73)

Importante debater tais possibilidades contornáveis à prisão civil

à luz da realidade brasileira, especialmente quando se torna recorrente

a custódia de idosos na tentativa de satisfação da obrigação alimentar,

notadamente quando o ordenamento jurídico brasileiro apresenta lacu-

nas a permitir alternativas prévias à prisão civil.

2

9

“Percebe-se que a tese da irradiação, não obstante representar um dos passos mais importantes para

o reconhecimento da eﬁcácia dos direitos fundamentais na esfera das relações privadas, não é suﬁciente

para resolver as controvérsias em torno dessa eﬁcácia”. (PEREIRA, 2007, p. 47)

3

0

Art. 5°, XLV da Constituição Federal: “Nenhuma pena passará da pessoa do condenado”.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



4

. PRISÃO E

ALIMENTOS

PRISÃO E

ALIMENTOS



31

A

satisfação do débito alimentar no Direito brasileiro

mediante a prisão civil deve ser observável a partir

da realidade do sistema judicial pátrio. Todavia, em res-

peito à salvaguarda de direitos fundamentais, é impor-

tante questionar-se a forma como vem sendo executado

este instituto.

A prisão do devedor de alimentos, nos moldes da Súmula 309 do

Superior Tribunal de Justiça31, permite que a partir do vencimento das

três últimas prestações possa ser solicitada a decretação da prisão civil

do devedor.

Todavia, a partir da constitucionalização do Direito Civil e do pro-

cesso civil, é importante um esforço para aperfeiçoar a interpretação da

norma, assim permitindo a otimização dos direitos fundamentais, de

modo a considerá-la sob o viés do sopesamento32 de princípios funda-

mentais, notadamente os valores vida e liberdade.

As peculiaridades do sistema de justiça brasileiro favorecem a

reﬂexão sobre a eﬁciência desta medida extrema em relação ao devedor

de alimentos. O déﬁcit de vagas no sistema carcerário provoca o intér-

prete a apontar alternativas ao modelo de prisão como meio preponde-

rante de indução ao pagamento.

A prisão de devedores para cobrança de débito foi muito utilizada

no passado como meio de coerção. O indivíduo devedor era assemelhado

à coisa, e o credor devia ao menos alimentar o devedor. Legislações como

3

1

“O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações

anteriores à citação e as que vencerem no curso do processo”. Súmula 309, STJ.

ALEXY, 2011.

3

2

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

2

Rodrigo Ferreira Lima

o Código de Hamurabi e o Código de Manu33 traziam explicitamente a

previsão da prisão civil.

A lex poetelia papira representa um marco em relação à superação

do modelo de cobrança a partir da privação da liberdade do devedor.

Representa uma aﬁrmação dos direitos do indivíduo sobre o seu patri-

mônio. Houve a abolição da servidão por dívida, e somente os bens do

sujeito seriam responsáveis pelos seus débitos.

No Brasil, nem sempre foi permitida a prisão civil do devedor de

alimentos, permitindo supor que em determinado momento já houve

alternativa para a cobrança de alimentos. Note-se que as Constituições

brasileiras de 1824, 1891 e 1934 não previam a prisão civil do devedor

de alimentos34.

Na América do Sul, o Brasil é um dos poucos países que permi-

tem a prisão civil do devedor de pensão alimentícia. Em Portugal35, há

um fundo estatal no qual os recursos são destinados ao pagamento da

pensão alimentícia enquanto o pai, eventualmente, não puder arcar com

o débito.

A justiﬁcativa da manutenção da prisão civil ocorre sob o argu-

mento de ser uma medida de coerção. Defende-se que sob tal pres-

são o pai devedor teria maior predisposição a arcar com as respectivas

obrigações36.

Há nitidamente um deslocamento entre a posição atual do Brasil

e a forma como outros países vêm enfrentando o tema do inadimple-

mento da obrigação alimentar. O direito comparado frequentemente

pode ofertar sinalizações acerca de um paradigma razoável de execução

de alimentos.

3

3

3

3

3

4

5

6

AZEVEDO, 1993, p. 04.

AZEVEDO, 1993, p. 52.

Ibidem, p. 46.

FACHIN, 2005, p. 50.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

3

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

4

.1 SISTEMA CARCERÁRIO E PECULIARIDADES

O sistema prisional nacional apresenta um déﬁcit no número de

vagas. À medida que aumenta a população carcerária, debate-se formas

de otimização do sistema. Em todas as partes do Brasil, carceragens são

interditadas pelo Poder Judiciário em reconhecimento à não salvaguarda

de direitos fundamentais.

Carceragens sem estrutura física e sem o apoio de proﬁssionais da

área de saúde tornam o cárcere uma experiência atentatória à dignidade

da pessoa humana. Rebeliões são frequentes, fragilizando a manuten-

ção da ordem.

Não seria atribuição do sistema de execução penal comum abrigar

os indivíduos presos em virtude de débito alimentar. Por isso, a Lei de

Execução Penal determina dever haver prisão em celas especiais37 para

atender a peculiaridade de tal medida coercitiva.

A reforma da legislação penal favoreceu a adoção das medidas cau-

telares diversas da prisão. Assim, é possível questionar-se hoje a possi-

bilidade de eventualmente medidas cautelares diversas da prisão serem

aplicáveis ao devedor de alimentos.

Já existem decisões determinando a liberdade do réu devedor de

alimentos, fundamentadas na ausência de condições de salubridade do

cárcere38. Neste sentido, tramita no Senado o Projeto de Lei nº 151/2012,

que estabeleceria a proibição da prisão civil de idosos, sob o fundamento

de reconhecer as peculiaridades do sistema carcerário brasileiro a impor

ﬂagrante desrespeito aos ditames da cidadania39.

3

7

Na falta de estabelecimento adequado, o cumprimento da prisão civil e da prisão administrativa se

efetivará em seção especial da Cadeia Pública (art. 201 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

Disponível em: http://www.conjur.com.br/2013-out-22/turma-stj-concede-prisao-domiciliar-

avo-devedora-alimentos

Disponível em: http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/03/19/avanca-projeto-que-impede-

prisao-de-idosos-devedores-de-pensao-alimenticia

3

8

3

9

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

4

Rodrigo Ferreira Lima

A custódia especíﬁca do devedor de pensão alimentícia em cela

especial resta prejudicada em muitas cidades devido ao déﬁcit de vagas

no sistema carcerário. A ausência de diferenciação entre tais espé-

cies de segregação, em verdade, transforma uma prisão coercitiva em

prisão penal.

Inexistindo cela especial, preconiza o autor a prisão-albergue, permitindo,

assim, que o devedor trabalhe de dia para obter os alimentos, e se reco-

lha à noite à casa do albergado, onde houver, ou à cela destinada a estes

albergados, o que já constitui punição ao faltoso. (MARMITT, 1989, p. 186)

Há de se observar que no Brasil há a regulamentação e previsão

do instituto da prisão especial. Tal disposição, na prática, é atendida a

partir de algumas adaptações em delegacias pelo Brasil a ﬁm de aten-

der tal necessidade. Todavia, tais improvisos são razoáveis e atendem

ao escopo da norma?

Lei nº 10.258/2001, que dispõe sobre a prisão especial:

Art. 1º - A prisão especial, prevista neste Código ou em outras leis, con-

siste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum.

§

2º Não havendo estabelecimento especíﬁco para o preso especial, este

será recolhido em cela distinta do mesmo estabelecimento.

3º A cela especial poderá consistir em alojamento coletivo, atendidos

§

os requisitos de salubridade do ambiente, pela concorrência dos fatores

de aeração, insolação e condicionamento térmico adequados à existên-

cia humana.

§

4

o

Opresoespecialnãoserátransportadojuntamentecomopresocomum.

É possível estar havendo uma imposição ao devedor de alimentos de

uma situação vexatória, de modo a constrangê-lo, neste contexto, a uma

espécie de sanção de natureza penal. Em tais carceragens de delegacias

de polícia, especialmente no interior do Brasil, é comum a alimentação

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

5

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

ser fornecida por prefeituras, sendo muitas vezes desprovidas de con-

dições adequadas.

Prefeito de Abaetetuba reclama de falta de recursos para melho-

rar condições de presos. Abaetetuba (Pará) - À frente do município de

Abaetetuba (PA) há três anos, o prefeito Luiz Lopes aponta a escassez de

recursos públicos como fator que impede a garantia de condições melho-

res para os presos. A cidade paraense, de 132 mil habitantes, foi parar no

noticiário nacional com o caso da adolescente que ﬁcou 24 dias numa

cela com mais de 20 homens. (Disponível em: http://memoria.ebc.com.

br/agenciabrasil/noticia/2007-12-15/prefeito-de-abaetetuba-reclama-de-

falta-de-recursos-para-melhorar-condicoes-de-presos)

O custo diário em 2011 da manutenção de um preso, na Bahia,

era de R$ 1.500,00/mês (um mil e quinhentos reais por mês), con-

forme dados da própria Secretaria de Administração Penitenciária do

Estado40, valor, eventualmente, excedente ao débito ensejador da prisão

de muitos cidadãos.

Ou seja, não seria mais razoável ao Estado saldar este débito, ao

invés de gastar mais com a custódia deste indivíduo? É proporcional o

poder público gastar mais com a prisão do que buscar meios alternativos

de persecução do débito em comento?

A Bahia, por exemplo, apresentava em 03 de junho de 2015 um exce-

dente de população carcerária de 4.090 cidadãos, sendo que a capacidade

do sistema carcerário baiano era ali de 8.565 vagas41.

4

0

Segunda, 10 de outubro de 2011 - 17:55. / Cada preso custa R$ 1,5 mil mensal ao Estado, diz secretaria.

O custo médio de um detento do sistema prisional baiano é de R$ 1,5 mil mensal, de acordo com a própria

Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização. O valor torna-se mais absurdo quando

comparado ao gasto por um aluno da rede pública de ensino: R$ 173. Disponível em:

http://www.bahianoticias.com.br/noticia/104124-cada-preso-custa-r-15-mil-mensal-ao-estado-diz-

secretaria.html. Acesso em: 15/06/2015.

41

Disponível em: http://www.seap.ba.gov.br/images/populacao/presos\_provisorios\_e%20

condenados\_03062015.pdf

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

6

Rodrigo Ferreira Lima

O efetivo de servidores empregado em tais operações de cumpri-

mento dos mandados de prisões civis de devedores de pensão alimentícia

desfalca, em certo sentido, as corporações policiais. Estas apresentam

um déﬁcit no quantitativo de pessoal, especialmente nas cidades peque-

nas e médias. O próprio Poder Legislativo do Estado da Bahia, atra-

vés das justiﬁcativas ao Projeto de Lei nº 20.539, de 2013, assume ser a

proporção de policiais, especialmente no interior do estado, abaixo dos

parâmetros estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

PROJETO DE LEI Nº 20.539/2013 - Dispõe sobre a proporção de Policiais

Militares por habitantes no Estado da Bahia. Ora, essa distribuição da

Polícia Militar pelo Estado não acompanhou o crescimento demográ-

ﬁco das regiões e claramente a proporção sugerida pela ONU de 3 poli-

ciais para cada 1.000 habitantes não se reﬂete em todos os municípios do

Estado, ou, melhor ainda, sequer em sua maioria, haja vista que não se vê

nos municípios essa proporção. (Disponível em: http://www.al.ba.gov.br/

docs/Proposicoes2013/PL\_20\_539\_2013\_1.rtf)

A diﬁculdade de cumprimento da prisão apresenta-se em maior

medida em relação aos réus com endereço incerto. Isto porque o deve-

dor de alimentos, em muitas oportunidades, não vem a ser localizado,

especialmente quando não trabalha em atividade formal. Deste modo,

até mesmo nos tribunais superiores discute-se a relação entre a prisão

civil e as contingências do sistema carcerário42.

Cite-se que, em Salvador-Bahia, há a Polinter43, uma coordena-

ção dentro da Polícia Civil responsável por custodiar tais detentos de

maneira distinta dos demais presos. A realidade do interior do Estado da

Bahia é diversa, na medida em que não existem carceragens adequadas,

especíﬁcas para este tipo de custódia.

4

2

BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, defendeu nesta

segunda-feira o ﬁm da prisão para quem deixar de pagar pensão alimentícia. Disponível em: http://oglobo.

globo.com/brasil/peluso-defende-ﬁm-da-prisao-para-quem-nao-pagar-pensao-alimenticia-

3

435675#ixzz3dRjouuyi.

4

3

Lei do Estado da Bahia nº 2.724, de 24 de setembro de 1969.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

7

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

O cumprimento da prisão civil ocorre de maneira diferenciada no

interior e na capital do Estado da Bahia. Tal situação coloca em xeque o

princípio constitucional da igualdade material44 e de alguma forma não

favorece a correta aplicação da norma.

O número de prisões civis é relativamente pequeno, comparado ao

percentual da população carcerária. Ocorre que o gasto alto do custo/dia

em relação a cada um destes cidadãos faz repensar a razoabilidade da

manutenção deste modelo de cobrança de alimentos. A exposição des-

necessária e inadequada destes custodiados por prisão civil, de alguma

forma, pode conﬁgurar um constrangimento ilegal, na medida em que o

Estado não implementa as medidas legais pertinentes de diferenciação

desta espécie de cárcere.

4

.2 PRISÃO CIVIL DE IDOSOS

A prisão civil dos avós é possível juridicamente e tem ocorrido com

alguma frequência no Brasil. Prioriza-se o interesse do menor, dado que,

uma vez esgotadas as possibilidades de cobrança em relação aos pais,

sobre os avós recairá a cobrança do débito alimentar.

Todavia, tal medida é questionável, inclusive judicialmente. Isto

porque há a alegação de que tal prisão para os avós de idade avançada

desrespeitaria a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 194845,

acerca do tratamento respeitoso à pessoa idosa. Tal Declaração, da qual

a República brasileira é signatária, protege os grupos vulneráveis, pre-

gando o tratamento condigno às suas necessidades.

O Brasil, em atendimento ao artigo 4º da Constituição Federal,

prega dever haver a promoção dos direitos humanos, especialmente

privilegiando-os em suas relações internacionais. Neste sentido, a

4

4

4

5

SILVA, 2014, p. 37.

Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

8

Rodrigo Ferreira Lima

República brasileira acatou a Resolução nº 46/91 da Assembleia Geral

das Nações Unidas46, datada de 16/12/1991.

No contexto local, houve a Declaração de Brasília, em meio à

Conferência Intergovernamental sobre Envelhecimento na América

Latina e Caribe, realizada em dezembro de 2007. Os países signatários

reforçaram o compromisso de ampliação dos direitos das pessoas idosas.

Os acordantes ﬁrmaram compromisso de provocar a Organização das

Nações Unidas para a elaboração de uma convenção global sobre os

direitos da pessoa idosa.

Os signatários assumem o compromisso de não pouparem esforços para

promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais

de todas as pessoas de idade, trabalhar na erradicação de todas as formas

de discriminação e violência e criar redes de proteção das pessoas de

idade para fazer efetivos os direitos das Pessoas Idosas. (Disponível em:

http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/4/37384/pciprianocipd15.pdf)

Imperioso considerar que proporcionalmente a população idosa é a

de maior aumento demográﬁco no país, conforme o Instituto Brasileiro

de Geograﬁa e Estatística47, aliado ao fato de uma parcela razoável de

idosos exercerem a função de provedores da família. Tal fato indica a

necessidade de assunção de diretrizes e políticas por parte do Estado, a

ﬁm de preparar-se para o atendimento das necessidades primárias desta

signiﬁcativa parcela populacional.

4

4

6

7

Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3\_15/IIIPAG3\_15\_1.htm

Cresce a proporção de idosos na população

Em vários países, as populações estão envelhecendo. Estudos mostram que o número de pessoas idosas

cresce em ritmo maior do que o número de pessoas que nascem, acarretando um conjunto de situações

que modiﬁcam a estrutura de gastos dos países em uma série de áreas importantes. No Brasil, o ritmo

de crescimento da população idosa tem sido sistemático e consistente. Segundo a Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios – PNAD, 2009, o país contava com uma população de cerca de 21 milhões de pessoas

de 60 anos ou mais de idade. (IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da

População Brasileira: 2010, p. 191). Disponível em: http://teen.ibge.gov.br/pt/mao-na-roda/idosos. Acesso em:

1

0/06/2015.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



3

9

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

Em atendimento ao preceito do artigo 5º, § 2º, da Constituição

Federal48, foi elaborado em âmbito nacional o Estatuto do Idoso, Lei

Federal nº 10.741. É um instrumento a positivar a proteção em suas

múltiplas variáveis deste grupo social de cidadãos. Nos artigos de tal

norma resta consignado ser o Estado o garantidor do atendimento de

tais valores.

Assim, é importante lembrar o critério de aplicação das normas

estipulado pela Lei de Introdução ao Direito, Decreto-Lei nº 4.65749. O

artigo 1º, § 1º, do referido comando normativo preconiza que lei especial

deve ser aplicada em relação à lei geral quando de mesma hierarquia.

Logo, é possível defender, em relação ao tema prisão civil do idoso, que

possa o princípio da proteção integral do Estatuto do Idoso ter preva-

lência em relação à execução de alimentos pelo Código de Processo Civil

no que tange aos idosos.

É fácil notar que a revogação pode ser expressa (também dita direta) ou

tácita (chamada, ainda, de indireta). Aquela ocorre quando a lei nova

declara que a lei anterior, ou parte dela, estará revogada. De outra banda,

esta se dará quando, não havendo disposição expressa nesse sentido no

texto da lei, apresentar-se o novel diploma incompatível, no todo ou em

parte, com disposição legal que antes cuidava da matéria. Fulcra-se, pois,

a revogação tácita na incompatibilidade entre uma e outra lei. (FARIAS;

ROSENVALD, 2011, p. 62)

Com isso não se nega o comando da Constituição Federal de 1988

que autoriza a prisão civil. Entretanto, tal norma deve ser sopesada

com outro comando constitucional a determinar proteção diferenciada

ao idoso.

4

8

Artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal: Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não

excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em

que a República Federativa do Brasil seja parte.

4

9

Artigo 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 5.657/1942: A lei posterior revoga a anterior quando expressamente

o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a

lei anterior.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



4

0

Rodrigo Ferreira Lima

Assim, Edilson Farias informa que a literatura jurídica emprega várias

denominações diferentes para essa ponderação (sopesamento): princípio

da proporcionalidade, mandamento da proibição de excesso e princípio

da razoabilidade; e admoesta que a doutrina brasileira possui boa recep-

ção ao princípio da proporcionalidade, através de juristas como Willis

Santiago, Guerra Filho, Suzana de Toledo Barros, Raquel Denise Stum e

Paulo Bonavides. (PINTO, 2013, p. 96)

Não se queira com tal argumento negar o princípio da isonomia

entre brasileiros, já que o idoso em idade avançada não estaria subme-

tido à prisão civil. Todavia, deve se observar que vige no sistema jurídico

brasileiro o princípio da isonomia material do artigo 5º da Constituição

Federal, cuja melhor interpretação é no sentido de tratar desigualmente

os desiguais.

Ademais, sob o enfoque social, a decretação da prisão civil do idoso

é duplamente punitiva. Isto porque há o aumento do número de famílias

dependentes da aposentadoria50 dos idosos. Além disso, tais rendimen-

tos previdenciários escassos ao mesmo tempo são a fonte para a aquisi-

ção de remédios indispensáveis à subsistência desta parcela signiﬁcativa

da população brasileira.

A prisão civil dos avós de terceira idade mostra-se à margem da

proporcionalidade, afrontando o princípio da proteção integral às pes-

soas de terceira idade, assegurado pelo Estatuto do Idoso, especial-

mente quando muitos credores, ao invés de esgotarem as possibilidades

de cobrança em relação aos genitores, acionam, judicialmente, direta-

mente os idosos.

Art. 2º da Lei nº 10.741: O idoso goza de todos os direitos fundamentais

inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata

5

0

A população de idosos representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou

mais de idade (8,6% da população brasileira). As mulheres são maioria, 8,9 milhões (62,4%) dos idosos são

responsáveis pelos domicílios e têm, em média, 69 anos de idade e 3,4 anos de estudo. Com um rendimento

médio de R$ 657,00, o idoso ocupa, cada vez mais, um papel de destaque na sociedade brasileira. Disponível

em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm. Acesso em: 01/06/2015.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



41

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as opor-

tunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e

seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições

de liberdade e dignidade51.

É verdade que situações ocorrem em que há a impossibilidade com-

pleta de localização ou cobrança de débitos em relação aos genitores de

um menor. Entretanto, tal situação não é razoável a ponto de afastar a

especial proteção constitucional que o idoso possui.

Admita-se até a cobrança de alimentos em face dos avós, toda-

via questionável é a adoção da prisão civil como meio de coerção para

adimplemento do débito. Inclusive a celeridade processual destinada

aos idosos nos processos em que são partes teria o efeito deletério, na

medida em que apressaria a prisão destes, em faixa de idade em que tal

custodiado requer mais cuidados devido a enfermidades como diabetes

e pressão arterial elevada52.

Imprescindível a necessidade do aperfeiçoamento dos meios de

esgotamento de cobrança de débito alimentar em relação aos pais, efeti-

vos devedores. Isto para a obrigação civil dos idosos ser de fato subsidiá-

ria, como determina a legislação. Quando muito, ainda que questionável,

que se promovesse somente a cobrança da pensão aos idosos, todavia,

sem o recurso da prisão civil.

A obrigação é subsidiária e como tal implica uma ponderação de

valores, contrapondo a garantia da infância adequada à garantia do enve-

lhecimento saudável. Uma esforçada interpretação das normas legais e

constitucionais53 pode indicar a desnecessidade da prisão civil em rela-

ção aos idosos. Esta técnica de apreciação de valores pode ser observada,

51

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2003/L10.741.htm

5

2

Pesquisa divulgada nesta segunda-feira (26), pelo Ministério da Saúde, mostra que 63,2% das pessoas

com 65 anos ou mais dizem que sofrem de hipertensão. (Disponível em: http://g1.globo.com/ciencia-e-

saude/noticia/2010/04/mais-de-63-dos-idosos-dizem-sofrer-de-hipertensao-diz-ministerio.html. Acesso

em: 03/06/2015)

5

3

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando

sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



4

2

Rodrigo Ferreira Lima

analogamente, com a vedação da prisão civil do devedor de alimentos

menor de idade emancipado.

A prisão civil do menor emancipado devedor de alimentos envolve, prin-

cipalmente, o conﬂito entre duas normas constitucionais: a proteção inte-

gral da criança e do adolescente (além do melhor interesse do menor) e o

direito fundamental aos alimentos. (PINTO, 2013, p. 112)

Importante apoderar-se de que, senão a abolição, ao menos a pos-

sibilidade de cominação de uma prisão mais branda ao idoso cujo ﬁlho

é inadimplente no pagamento da pensão alimentícia tem sido admitida

pelos tribunais pátrios54. As prisões civis de idosos para pagar débitos

alimentares em relação aos seus respectivos netos têm se tornado recor-

rentes. É uma experiência degradante, visto que boa parte das carcera-

gens brasileiras não dispõe de estruturas adequadas para a recepção de

pessoas carecedoras de cuidados especiais como os idosos.

A cominação de tal prisão civil a pessoas desta idade de maneira

não criteriosa pode macular toda uma vida, desenvolvida mediante

esforço e resignação. São afetadas a honra e a estima de avós que pouco

contribuíram para a falta de atenção e comprometimento dos ﬁlhos no

exercício da parentalidade.

4

.3 INADIMPLEMENTO FAMILIAR: UM OLHAR SOCIAL

As causas do inadimplemento do dever de prestar alimentos são

diversas, destacando-se a recorrência às condições socioeconômicas. Tal

à vida. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

Acesso em: 05/06/2015).

5

4

STJ garante prisão domiciliar a idoso devedor de pensão alimentícia

“

Pela primeira vez, o Superior Tribunal de Justiça assegurou prisão domiciliar a um devedor de pensão

alimentícia. A Terceira Turma do STJ levou em consideração o fato de se tratar de um aposentado, de 73

anos, com vários problemas de saúde”. HABEAS CORPUS Nº 35.171 - RS (2004/0060807-3). (Disponível em:

http://www.conjur.com.br/2004-ago-04/stj\_garante\_prisao\_domiciliar\_idoso\_devedor\_ pensao. Acesso

em: 10/06/2015).

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



4

3

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

inadimplemento é favorecido por situações conjunturais a inﬂuenciar o

devedor. Cite-se a possibilidade de não estar inserido no mercado formal

de empregos ou eventualmente não estar coberto pela previdênciasocial.

Informalidade muitas vezes observável no momento de deﬁnir a

agência bancária para depósito dos valores acordados para pagamento

da pensão alimentícia judicial. Aí, por ocasião da expedição de ofício

judicial para a abertura da conta corrente, ocorre, em boa medida, o

primeiro acesso aos serviços bancários. Em 2010, a Bahia ocupava a

2

0ª posição no índice de inclusão ﬁnanceira, ou seja, somente 13,9% da

população registrava movimentação ﬁnanceira55.

É certo que surge o questionamento acerca dos limites do arbitra-

mento da pensão alimentícia. A par de ser uma decisão de um tribunal

espanhol56, importante compartilhar que a corte daquele país reconhe-

ceu a um descendente desempregado o direito de receber pensão ali-

mentícia até os 31 anos de idade. Em situações de excepcionalidade

econômica no Brasil, será que os limites etários em sede de pensão ali-

mentícia sofreriam também ajustes?

Mais importante do que uma resposta objetiva, deve-se relacionar

o contexto socioeconômico ao inadimplemento da obrigação alimentar.

Alegar sempre má-fé do devedor pode não ser o caminho mais adequado

para a mediação dos interesses familiares em conﬂito, distensão que

tende a ser majorada, quando o devedor é preso.

Contudo, a punição com a pena de prisão na grande maioria dos casos que

batem às portas da Justiça revela que a inadimplência da pensão é fruto

de real impossibilidade de cumprir o dever alimentar, e portanto, haverá

5

5

5

6

Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/relincﬁn/RIF2011.pdf. Acesso em: 10/06/2015.

Pensão alimentícia até os 31 anos - Crise leva Justiça espanhola a obrigar que pais sustentem ﬁlhos

maiores e formados

“

Nos últimos meses, várias sentenças obrigaram pais divorciados a continuarem pagando essa pensão

a ﬁlhos maiores, em alguns casos com mais de 30 anos, por causa da complicada situação econômica”.

(Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/30/internacional/1414708075\_972310.html. Acesso em:

0

5/06/2015).

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



4

4

Rodrigo Ferreira Lima

por parte do magistrado a necessidade de avaliar, em cada caso concreto,

as medidas eﬁcazes para ver realizada a prestação jurisdicional no sentido

de dar efetividade à pensão alimentícia e assegurar o legítimo interesse

do alimentando. (FACHIN, 2005, p. 91)

Discute-se o dano afetivo decorrente de uma eventual ruptura deli-

berada por parte de um dos genitores em relação ao sustento e assis-

tência afetiva ao descendente. O jovem teria em tese sua formação

prejudicada, uma vez que tal afeto inﬂuiria no desenvolvimento de seus

direitos da personalidade. Tais direitos se revestem em manifestações

como a honra, intimidade e imagem do sujeito de si próprio57.

Os tribunais pátrios vêm enfrentando tal questão do abandono

familiar e se tal omissão é digna ou não de uma reparação pecuniária.

Posto tratar-se de matéria não passível de mensuração, a indenização

não poderia satisfazer a pretensão resistida. O indicado parece ser a não

quantiﬁcação via parâmetros da responsabilidade civil.

Nessa ordem de ideias, não entendemos razoável a aﬁrmação de que a

negativa de afeto entre pai e ﬁlho (ou mesmo entre outros parentes, como

avô e neto) implicaria indenização por dano moral. Faltando afeto entre

pai e ﬁlho (e demais parentes), poder-se-ia imaginar, a depender do caso,

a decorrência de outros efeitos jurídicos, como a destituição do poder

familiar ou a imposição da obrigação alimentícia, mas não a obrigação de

reparar um pretenso dano moral. (FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 118)

Situação diversa ocorre quando um ascendente, mesmo com con-

dições ﬁnanceiras, deliberadamente não paga a pensão alimentícia do

infante, em certas circunstâncias até como meio de contrapor-se ao

5

7

“Por tal razão, os direitos da personalidade estão vinculados ao ordenamento positivo tanto como os

outros direitos subjectivos, uma vez admitido que as ideias dominantes no meio social sejam revestidas

de uma particular força de pressão sobre o próprio ordenamento”. (CULPIS, Adriano de. Os direitos da

personalidade. Tradução: Adriano Vera Jardim e Antônio Miguel Caieiro. Lisboa: Livraria Morais, 1961, p. 18).

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



4

5

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

ex-cônjuge. É razoável a aplicação de sanção penal58 a ﬁm de coibir tal

conduta atentatória contra o bem jurídico da assistência familiar.

Neste passo, Maria Berenice Dias defende critérios para distinguir

o inadimplente contumaz daquele que atravessa um momento de diﬁ-

culdade ﬁnanceira. O caso concreto e a apreciação das razões expostas

pelos envolvidos indicarão ao magistrado qual postura adotar.

Vem a justiça, cada vez com mais desenvoltura, se inclinando a ver carac-

terizado o crime de abandono material (Código Penal, artigo 244), quando

reconhece como injustiﬁcável a resistência do devedor em proceder ao

pagamento de alimentos. A omissão ocasional ou o simples atraso no cum-

primento do dever de assistência material não conﬁgura o delito. (DIAS,

2

013, p. 618)

Tais ponderações são importantes, pois o enfoque sobre a pensão

alimentícia deve ser abrangente. Este instituto traduz um espectro de

questões sociais a demandar sensibilidade acerca das peculiaridades de

cada situação.

O ser humano em cárcere é exposto às suas mais recônditas emo-

ções. É certo que alguns chegam ao desenvolvimento de traumas. Muitas

manifestações patológicas podem eclodir em fases especíﬁcas da vida59.

É possível questionar se a prisão em si já não seria um empeci-

lho ao cumprimento da obrigação alimentícia. Preso o devedor, como

poderá obter o recurso para satisfazer a obrigação? O empregador pode

5

8

Art. 244 do Código Penal: “Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de ﬁlho

menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta)

anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia

judicialmente acordada, ﬁxada ou majorada, deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou

ascendente, gravemente enfermo. Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o

maior salário mínimo vigente no País”.

5

9

“Noutras palavras, o indivíduo ao deixar a prisão apresenta no mais das vezes um grau de

ressociabilidade inﬁnitamente pior do que quando nela entrou, justamente porque o tempo de segregação o

fez integrar-se automaticamente àquele mundo de inverdades, traições, abusos físicos e psíquicos de toda

ordem”. (CORDEIRO, 2008, p. 44)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



4

6

Rodrigo Ferreira Lima

inclusive desconstituir o vínculo laboral sob o argumento do abandono

de emprego60.

A par de se alegar que a prisão civil em regra é limitada e relati-

vamente curta, observe-se que um momento no cárcere tem potencial

devastador. O estigma imputado ao encarcerado contribui para a depre-

ciação da sua imagem. O certo é que o período após o cárcere é tão mar-

cante quanto a estadia na prisão.

Erving Goﬀman observa que a instituição total a que se submete o recluso

nele produz uma série de depressões, humilhações e a mortiﬁcação do ego,

transformando-o simplesmente em objeto a ser introduzido na burocracia

administrativa do presídio. (CORDEIRO, ﬂ. 44)

A compreensão da conjuntura na qual as famílias estão envol-

tas ajuda na assunção de compromissos mais verossímeis à realidade

dos lares brasileiros. A interdisciplinaridade do tema recomenda, em

alguma medida, a oitiva de outros especialistas, a ﬁm de paciﬁcar os

interesses em torno do tema.

6

0

Art. 482 da Consolidação das Leis Trabalhistas: Constituem justa causa para rescisão do contrato de

trabalho pelo empregador: i) abandono de emprego; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/

decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 04/06/2015.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

. DIRETRIZES AO

ADIMPLEMENTO

DE ALIMENTOS

DIRETRIZES AO

ADIMPLEMENTO

DE ALIMENTOS



4

9

V

entilou-se a abolição da prisão civil do devedor de ali-

mentos. Todavia tal interpretação pode afrontar o art.

5

º, LXVII, da Constituição Federal61. Importante pensar

o desenvolvimento de uma persecução mais condizente

com os valores sociais vigentes, instrumentos prévios

ao manejo da prisão civil, de forma a torná-la um expe-

diente atávico.

A prisão civil do devedor de alimentos foi gestada em momento62 no

qual o sistema carcerário nacional comportava o quantitativo de presos.

Naquele momento eram diminutos os recursos de localização dos indi-

víduos. A detenção do devedor de alimentos constituía medida razoável

a satisfazer o débito.

Hoje é possível atualizar este modo de adimplemento coercitivo da

obrigação alimentar. De certo modo, também é necessário repensar o

papel do Estado em relação a situação extrema de vulnerabilidade paren-

tal. Por exemplo, nas circunstâncias de impossibilidade de cobrança do

devedor que não possua as mínimas condições de arcar com o débito.

Neste passo, é importante observar o direito comparado. De igual

modo abordar procedimentos, em âmbito nacional, a permitir ao sistema

de justiça dar melhor coercibilidade à norma em comento.

6

1

Artigo 5º, LXVII - Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento

voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário inﬁel.

AZEVEDO, 1993, p. 53.

6

2

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

0

Rodrigo Ferreira Lima

5

.1 COMPARATIVO DA COBRANÇA DE

ALIMENTOS EM OUTROS PAÍSES

Uma parte dos ordenamentos jurídicos do mundo já aboliu a prisão

civil do devedor de alimentos. A observação da solução dada por outros

países pode apontar novos caminhos para a Justiça brasileira.

Em Portugal, o adimplemento pode ocorrer por meio do Fundo

de Garantia de Alimentos Devidos a Menores (FGADM)63, vinculado

à Seguridade Social. O Estado português adianta o adimplemento do

pagamento da pensão alimentícia ao menor. Após, cobra do devedor a

importância desembolsada, sub-rogando-se nos direitos do credor.

Do reembolso – Garantias de reembolso - Artigo 5º: 1 - O Fundo ﬁca sub

-

rogado em todos os direitos do menor a quem sejam atribuídas presta-

ções, com vista à garantia do respectivo reembolso; 2 - O IGFSS (Instituto

de Gestão Financeira da Segurança Social), I. P., após o pagamento da

primeira prestação a cargo do Fundo, notiﬁca o devedor para, no prazo

máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notiﬁcação, efetuar o reem-

bolso; 3 - Decorrido o prazo previsto no número anterior sem que o reem-

bolso tenha sido efetuado, o IGFSS, I. P., aciona o sistema de cobrança

coerciva das dívidas à segurança social, mediante a emissão da certidão

de dívida respetiva. Formas e modalidades de reembolso - Artigo 6º: O

devedor pode efetuar o reembolso ao IGFSS, I. P., em numerário, cheque,

vale postal, transferência bancária, ou qualquer outro meio legal de

pagamento64.

Medida elogiável pelo Conselho da União Europeia. O qual editou

instrumento legal, recomendando a adoção de tal dispositivo por parte

6

3

“O Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores (FGADM) assegura o pagamento das prestações

de alimentos, em substituição do pai/mãe faltoso(a), no caso de incumprimento desta obrigação.

A prestação de alimentos devida a menores destina-se a crianças ou jovens até aos 18 anos de idade e

tem como objetivo garantir a subsistência do menor. É uma prestação em dinheiro paga mensalmente

que considera o valor referente ao sustento, habitação, vestuário do alimentado/menor e, também, a sua

educação”. (Disponível em: http://www4.seg-social.pt/fundo-de-garantia-de-alimentos-devidos-a-menores.

Acesso em: 20/06/2015)

6

4

Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\_mostra\_articulado.php?nid=709&tabela=leis

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



51

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

dos outros países do continente. Já em 1982, via Recomendação nº R(82)2,

de 4/02/82 e a nº R(89)1, de 18/01/1989.

Destacam-se, nomeadamente, as Recomendações do Conselho da Europa

R(82)2, de 4 de Fevereiro de 1982, relativa à antecipação pelo Estado de

prestações de alimentos devidos a menores, e R(89)1, de 18 de Janeiro de

1

989, relativa às obrigações do Estado, designadamente em matéria de

prestações de alimentos a menores em caso de divórcio dos pais, bem

como o estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada

pela ONU em 1989 e assinada em 26 de Janeiro de 1990, em que se atribui

especial relevância à consecução da prestação de alimentos a crianças e

jovens até aos 18 anos de idade65.

A crise econômica atravessada pela Europa Ibérica, a partir de

008, também teve reﬂexos sobre o fundo governamental de Portugal66

2

para pagamento de pensão alimentícia. O Estado português, em 2010,

destinou 23 milhões de euros do orçamento para salvaguardar o direito

dos infantes. Cerca de 10 mil crianças foram atendidas, recebendo cada

uma o equivalente a 150 euros por mês.

Na Bélgica, o menor e seu representante legal, uma vez caracteri-

zada a mora do devedor, poderão se dirigir ao Serviço de Reclamação de

Pensões de Alimentos. Este é um serviço governamental especíﬁco para

o adimplemento de obrigação alimentar. Ali o menor credor de alimen-

tos receberá a prestação do Estado que adquirirá direito de regresso em

relação ao devedor de alimentos67.

6

6

5

6

Disponível em: http://www.cnpcjr.pt/preview\_documentos.asp?r=1047&m=

“Estado gastou 19,5 milhões em pensões de alimentos.

Só para 2010, o FGADM tem um orçamento de 23 milhões de euros, de acordo com os dados do

Ministério do Trabalho e da Segurança Social, a que o DN teve acesso. Embora o valor médio das

pensões fixadas pelos tribunais não ultrapasse os 150 euros mensais por cada menor, só em abril deste

ano o Estado era responsável pelas pensões de 13.134 processos - o que representa um crescimento de

7

2

,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, altura em que houve 12 mil processos. E, em Abril de

008, os casos eram dez mil”. (Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\_

id=1571573. Acesso em: 15/06/2015)

“Le service des créances alimentaires peut se substituer au débiteur aﬁn de verser la pension ou

6

7

une partie de la pension à sa place. Le service exige simultanément du débiteur le paiement de la pension

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

2

Rodrigo Ferreira Lima

O serviço requer, simultaneamente, o apoio à criança e ao pai devedor.

Ou o devedor paga voluntariamente este serviço de apoio à criança, ou ele

é cobrado coercitivamente. Neste último caso será observada a situação

ﬁnanceira do devedor. Se o credor de alimentos não tem como efetuar o

pagamento, pode-se acionar o Departamento de Créditos Alimentares,

vinculado ao Serviço Público Federal de Finanças. Serviço responsá-

vel pela concessão de adiantamentos relativos a pensão alimentícia e

pela cobrança dos saldos de pensões de alimentos a cargo do devedor.

(Tradução livre)68.

AspectopeculiardoprocedimentonoGrão-DucadodeLuxemburgo

é a possibilidade de apresentação de queixa-crime do credor de alimen-

tos em relação ao devedor. Todavia, para o credor acionar o auxílio do

Fundo Nacional de Solidariedade Alimentar deverá desistir da proposi-

tura da ação penal69.

O Fundo Nacional de Solidariedade pode, sob certas condições, pagar

pensão alimentícia em substituição do devedor. O pedido de pagamento

é enviado pelo credor ou por seu representante legal ao presidente do

Fundo Nacional de Solidariedade. Este pedido é aceito pelo presidente

alimentaire et des arriérés. Soit le débiteur paie volontairement la pension alimentaire au service, soit

elle est récupérée par recouvrement forcé. Dans ce dernier cas, on ne peut naturellement pas garantir le

résultat; cela dépend en effet de la situation ﬁnancière du débiteur d’aliments. Si le créancier d’aliments ne

parvient pas à en obtenir le paiement, malgré les moyens exposés ci-dessus, il pourra s’adresser au Service

des créances alimentaires (au sein du Service public fédéral Finances). Ce service est chargé d’octroyer

des avances afférentes à un ou plusieurs termes déterminés de pensions alimentaires et de percevoir ou

de recouvrer les avances accordées ainsi que le solde et les arriérés des créances alimentaires à charge du

débiteur d’aliments”. (Disponível em: https://e-justice.europa.eu/content\_maintenance\_claims-47-be-pt.

do?clang=fr#toc\_13. Acesso em: 17/06/2015)

6

8

Disponível em: https://e-justice.europa.eu/content\_maintenance\_claims-47-be-pt.do?clang=fr#toc\_13.

Acesso em: 15/06/2015.

“Le Fonds national de solidarité peut, sous certaines conditions, verser la pension alimentaire à la

6

9

place du débiteur. La demande en paiement est adressée par le créancier ou par son représentant légal au

Président du Fonds national de solidarité. Cette demande est admise par le Président ou son délégué si le

créancier justiﬁe: a - qu’il a son domicile légal dans le pays et que lui-même ou son représentant légal y réside

depuis cinq ans; b - que sa pension alimentaire est ﬁxée par une décision judiciaire exécutoire au Grand-

Duché de Luxembourg; c - que le recouvrement total ou partiel de la pension n’a pu être obtenu par une voie

d’exécution de droit privé effectivement exercée; d - qu’il se trouve dans une situation économique diﬃcile”.

(Disponível em: https://e-justice.europa.eu/content\_maintenance\_claims-47-lu-pt.do?clang=fr#toc\_13.

Acesso em: 14/06/2015)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

3

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

ou seu representante, se o credor justiﬁcar: a) ele tem domicílio no país

e que ele próprio ou o seu representante legal vivem lá por no mínimo

cinco anos; b) haja uma decisão executória emitida no Grão-Ducado de

Luxemburgo; c) a comprovação de que a recuperação total ou parcial do

crédito da pensão alimentícia não possa ser obtida por meio da aplicação

da lei civil; d) a difícil situação econômica do devedor. (Tradução livre)

(Disponível em: https://e-justice.europa.eu/content\_maintenance\_claims-

4

7-lu-pt.do?clang=fr#toc\_13)

Há de se observar que, mesmo naqueles países onde não há um

pagamento direto pelo poder público do valor devido a título de pensão

judicial, notam-se benefícios indiretos a ﬁm de amenizar a diﬁcul-

dade enfrentada pela criança credora. Na Espanha, há a nomeação de

advogado por parte do Estado, o que está a denotar não haver ali uma

Defensoria Pública institucionalizada como nos moldes do Brasil70.

Prevê-se a assistência ﬁnanceira para os custos legais se o autor ou o réu

não dispõem dos meios ﬁnanceiros e podem ter direito à assistência judi-

ciária gratuita, de acordo com as escalas previstas no artigo 3 da Lei 1, de

1

0 de janeiro de 1996. A assistência fornece promotor de plantão para exe-

cutar queixa judicial e isenta quaisquer custos com peritos ou publicação

de editais pelo Estado. (Tradução livre)71.

A Itália adota uma posição intermédia porque aboliu a prisão civil

do devedor de alimentos. Ao mesmo tempo, desloca um tipo do Código

Penal para aquele que por dolo deixa de fornecer alimentos.

7

0

“Está prevista la ayuda económica para los gastos procesales cuando el demandante o el demandado

carezcan de medios económicos y puedan tener derecho a la asistencia jurídica gratuita conforme a los

baremos establecidos en el art. 3 Ley 1/1996, de 10 de enero, de Asistencia Jurídica Gratuita. La asistencia

consiste en facilitar abogado y procurador del turno de oﬁcio para efectuar la reclamación judicial y en asumir

cualquier gasto procesal, como honorarios de peritos o gastos de publicación de edictos, por cuenta del

Estado”. (Disponível em: https://e-justice.europa.eu/content\_maintenance\_claims-47-es-pt.do?clang=es.

Acesso em: 15/06/2015)

71

Disponível em: https://e-justice.europa.eu/content\_maintenance\_claims-47-es-pt.do?clang=es

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

4

Rodrigo Ferreira Lima

No tocante ao débito alimentar, seu inadimplemento é regulado pelas

normas disciplinadoras do descumprimento das obrigações, em geral;

todavia, a lei reserva, para esse caso, sanções especiais, inclusive no campo

penal, em que integra o crime de violação das obrigações de assistência

familiar, previsto no artigo 570 do Código Penal Italiano. (AZEVEDO,

1

993, p. 30)

O

Conselho da União Europeia aprovou

o

Regulamento

(CE) nº 4/2009, de 18 de dezembro de 2008, relativo à competência e

à execução das decisões em matéria de obrigações alimentares. Para

maior celeridade da prestação jurisdicional, foi estimulada a realização

de audiências por videoconferência72 nos processos de cobrança de ali-

mentos de partes que estejam em diferentes países da Europa.

(23) A ﬁm de limitar as custas dos processos regidos pelo presente regula-

mento, será útil recorrer na medida do possível às modernas tecnologias

de comunicação, designadamente quando da audição das partes73.

Leia-se que os mecanismos de cobrança de alimentos de Portugal74

e Bélgica parecem indicar adequação ao atendimento da máxima pro-

teção ao menor e à família, visto que, se o próprio Estado-Juiz não con-

seguiu realizar a persecução e cobrança do valor dos alimentos, não é

razoável a criança ﬁcar exposta a inanição e privações.

Uma parcela razoável de nações já aboliu a prisão civil como método

de cobrança do devedor de alimentos, sendo certo que as alternativas

7

2

(23) A ﬁm de limitar as custas dos processos regidos pelo presente regulamento, será útil recorrer

na medida do possível às modernas tecnologias de comunicação, designadamente quando da audição

das partes. (Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\_mostra\_articulado.php?nid=1359&tabela=leis.

Acesso em: 15/06/2015)

7

3

Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\_mostra\_articulado.php?nid=1359&tabela=leis

7

4

Disponível em: http://direitosdasfamilias.blogspot.com.br/2011/11/tutela-da-obrigacao-alimenticia-

favor.html

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

5

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

desenvolvidas se expandem para outros países. Em alguma medida, a

superação deste paradigma já data de algum tempo75 nestasdemocracias.

De outra ponta, não há de se falar em enriquecimento ilícito por

parte do devedor de pensão, porque será acionado posteriormente pelo

Estado. Até porque o poder público tem um arcabouço de instrumen-

tos persecutórios e institucionais a facilitar a obtenção deste crédito. O

Estado do Bem-Estar Social pode ser reconhecível também quando se

propicia à criança a atenção necessária em face do infortúnio alimentar.

5

.2 RESTRIÇÕES CADASTRAIS E ADIMPLEMENTO

DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

A cobrança do débito alimentar apresenta urgência, exigindo cele-

ridade do Poder Judiciário. A natureza alimentar desta obrigação justi-

ﬁcaria o recurso à possibilidade de decretação da prisão civil. Todavia,

nem todo débito alimentar determina o encarceramento do devedor, a

exemplo das verbas trabalhistas.

A Justiça do Trabalho brasileira foi pioneira na utilização de

expedientes processuais para otimizar o cumprimento das sentenças,

especialmente devido à natureza especial do débito em prol do hipossu-

ﬁciente. Cite-se a utilização do sistema bancário como forma de loca-

lizar valores em nome do réu, por meio do Bacenjud ou do Cadastro de

Clientes do Sistema Financeiro Nacional.

O Bacenjud é um instrumento de comunicação eletrônica entre o

Poder Judiciário e instituições ﬁnanceiras bancárias, com intermedia-

ção, gestão técnica e serviço de suporte a cargo do Banco Central. Por

meio desse sistema, os magistrados protocolizam ordens judiciais de

7

5

“Mencionem-se de relance, entretanto, nesta oportunidade, em somatório aos ordenamentos jurídicos

francês, italiano, inglês e português, antes analisados, entre outros, as abolições da prisão civil por dívida

em vários sistemas legislativos estrangeiros, como o da Bélgica, em 1871, o da Alemanha, em 1868, o da

Áustria, em 1868, o da Argentina, em 1972, e o dos Estados Unidos da América do Norte, paulatinamente, em

sequência dos costumes ingleses”. (AZEVEDO, 1993, p. 169)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

6

Rodrigo Ferreira Lima

requisição de informações, bloqueio, desbloqueio e transferência de

valores bloqueados, que são transmitidas às instituições bancárias para

cumprimento e resposta76.

A cobrança do débito alimentar hoje já segue este exemplo.

Entretanto, uma interpretação adequada de instrumentos processuais

existentes tornaria o recurso à prisão civil restrito a situações excepcio-

nalíssimas. Medida extrema, aplicável, por hipótese, quando o inadim-

plemento da obrigação familiar fosse decorrente de dolo77.

Um caminho a ser observável é a adoção de medidas cautela-

res em tais processos, cogitando-se que a legislação de alimentos

(Lei nº 5.478/1968)78 deva ser adaptada. Neste passo, a adoção de atos de

urgência resguarda o resultado útil do processo.

Deverá ser prevista, nessa legislação emergencial, a possibilidade de con-

cessão de medida cautelar, principalmente de arresto de bens “inaudita

altera parte”, se o juiz constatar presentes os requisitos legais da cautela

(“fumus boni iuris e periculum in mora”). (AZEVEDO, 1993, p. 175)

Logo, defensável a aplicação do poder geral de cautela do juiz na

condução do processo civil, a ﬁm de assegurar o resultado útil. Isso auto-

riza a adoção de um rol de medidas “numerus apertus” a ﬁm de garantir

a satisfação da tutela jurisdicional79.

7

7

6

7

Disponível em: https://www.bcb.gov.br/?JUDINTRO

“O inadmissível é considerar o simples não pagamento de pensão alimentar como ilícito civil capaz de

causar a prisão do devedor. A não ser que este aja como dolo, opondo obstáculos, para frustrar o pagamento

alimentício, tendo condições de fazê-lo”. (AZEVEDO, 1993, p. 158)

7

8

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L5478.htm

7

9

TÍTULO II - DA TUTELA DE URGÊNCIA - CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 300. A tutela de

urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de

dano ou o risco ao resultado útil do processo. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-

2

018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 20/06/2015)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

7

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

A discussão acerca da efetividade da prisão civil é tema recorrente e

é objeto de análise pelas autoridades pertinentes. O argumento da ineﬁ-

cácia foi ventilado até por um presidente do Supremo Tribunal Federal.

BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro

Cezar Peluso, defendeu nesta segunda-feira o ﬁm da prisão para quem

deixar de pagar pensão alimentícia. Peluso argumentou, em audiência

com o relator do novo Código de Processo Civil (CPC) na Câmara dos

Deputados, Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), que a prisão do prove-

dor da pensão é ineﬁcaz. (Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/

peluso-defende-ﬁm-da-prisao-para-quem-nao-pagar-pensao-alimenti-

cia-3435675#ixzz3doCbM2LE)

Todavia, o entendimento retromencionando é minoritário. Quando

o Congresso Nacional enfrenta a questão decide por manter a previsão

legal da prisão civil do devedor de alimentos sem concessões80. Nem

mesmo prosperou o argumento para a determinação da prisão civil por

alimentos somente à noite.

A bancada feminina da Câmara dos Deputados obteve uma vitória na

Semana da Mulher. A emenda aprovada mantém o prazo de três dias para

o devedor pagar ou justiﬁcar a falta de pagamento de pensão e retoma

a prisão em regime fechado, como é atualmente. O novo CPC previa o

prazo de dez dias e a prisão em regime semiaberto como regra geral. O

regime fechado só seria aplicado ao reincidente e, nos dois casos, a prisão

seria convertida em domiciliar se não fosse possível separar o devedor dos

presos comuns81.

8

0

Nesta terça (11), a Câmara aprovou emenda que garante prisão em regime fechado para o devedor de

pensão alimentícia e reverte punições mais brandas previstas no texto-base do projeto. Com a alteração,

devedor que não justiﬁcar à Justiça a ausência do pagamento em até três dias após ser contestado

judicialmente pela família, poderá ir para a cadeia por um prazo máximo de três meses. A regra é a mesma

prevista na legislação atual. (Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/camara-conclui-

votacao-do-novo-codigo-de-processo-civil.html. Acesso em: 05/06/2015)

81

Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/463461-NA-SEMANA-DA-

MULHER,-CAMARA-MANTEM-PRISAO-FECHADA-PARA-DEVEDOR-DE-PENSAO.html

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

8

Rodrigo Ferreira Lima

O Código de Processo Civil traz determinação explícita de que

a prisão civil do devedor de alimentos deverá ocorrer em cela separada

daquela destinada à custódia de presos por crimes.

Importante a provocação acerca da possibilidade da realização de

audiências por videoconferência em sede de ações de alimentos, princi-

palmente em processos nos quais as partes residam em diferentes cida-

des. O artigo 193 do Código de Processo Civil refere-se à possibilidade

de realização de atos processuais de forma digital82.

Já que a lei processual determina a prisão por débito alimentar no

regime fechado, é interessante impelir o intérprete a questionar a possi-

bilidade de utilização no processo civil das medidas cautelares diversas

da prisão estabelecidas pela Lei nº 12.40383. Entre tais medidas, cita-se

o monitoramento eletrônico.

A par disso, na esfera penal grandes delinquentes obtêm os favores da

lei, inclusive o benefício da prisão-albergue. O recolhido por débito ali-

mentar, apenas por algumas semanas, até necessidade tem de estar livre,

e de recolher-se só à noite ao presídio, para assim poder trabalhar fora e

conseguir o numerário para pagar o que deve. Por isso o juiz dispõe de

larga margem de decisão, cabendo-lhe encontrar a modalidade melhor

para o cumprimento da segregação, que pode e por vezes deve ser menos

severa do que a reservada aos criminosos. O magistrado é o juiz da esco-

lha do regime prisional mais adequado. Cumpre-lhe escolher o modo mais

apropriado para o caso concreto, estabelecer as condições para a execu-

ção, e revogar, se for o caso, a medida coercitiva imposta. (MARMITT,

1

989, p. 185)

Imperiosa atualmente é a observação de formas satisfatórias de

adimplemento da pensão alimentícia. O litígio demorado prejudica o

regular desenvolvimento das relações sociais e familiares. A adoção de

8

2

Art. 193. Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam

produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei. (Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 09/06/2015)

8

3

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



5

9

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

meios inteligentes de responsabilização deve integrar o moderno pro-

cesso de família.

Já há base para indicar meios alternativos e úteis de cobrança do

débito alimentar, revelando uma tendência no ordenamento jurídico

nacional. Conjuntura revelada por uma análise da pauta do parlamento

brasileiro em relação ao tema. Assim, o legislador infraconstitucional

estaria autorizado a fomentar alternativas à prisão civil.

O ministro Celso de Mello, em análise hermenêutica da intenção do legis-

lador, deﬁniu que a eﬁcácia infraconstitucional da pena é discricionária

ao legislador. Para ele, as exceções à cláusula vedatória da prisão civil por

dívida devem ser compreendidas com um afastamento pontual da interdi-

ção constitucional dessa modalidade extraordinária de coerção, em ordem

a facultar, ao legislador comum, a criação desse meio instrumental nos

casos de inadimplemento voluntário e justiﬁcável da obrigação alimentar

e de inﬁdelidade depositária. (MAIA, 2013, p. 106)

É certo que é defensável que a norma do artigo 5º, LXVII84, da

Constituição Federal seja reconhecível como norma de eﬁcácia contida.

Assim sendo, o legislador ordinário teria a possibilidade inclusive de

restringir a possibilidade de decretação da prisão civil.

Ao analisar a natureza jurídica do artigo 5º, LXVII, da Constituição

Federal, Uadi Lammêgo Bulos atestou ser “plenamente legítimo, no

âmbito da lei ordinária, o Congresso Nacional restringir ou até mesmo

suprimir a decretabilidade da prisão civil em nosso ordenamento”, eis que

tal dispositivo constitucional poderia ser classiﬁcado como uma “norma

de eﬁcácia contida”. (MAIA, 2013, p. 105)

Inclusive, em julgado perante o Supremo Tribunal Federal, houve

decisão a partir do posicionamento em epígrafe, sob o argumento de

8

4

Artigo 5º, LXVII, da Constituição Federal - Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo

inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário inﬁel.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

0

Rodrigo Ferreira Lima

que a norma do artigo 5º, LXVII, da Constituição Nacional não seria

autoaplicável, uma vez que não estabeleceria um período de custódia85.

É possível, assim, vislumbrar a viabilidade da não instituição da prisão

civil pelo legislador, porque a norma constitucional acima citada não

seria vinculante.

Ventila-se, inclusive, a tese da proscrição (abolição) da prisão civil

do devedor de alimentos a partir do contexto da parametricidade das

normas de direito internacional.

A parametricidade supranacional, portanto, encontra o seu fundamento

de validade exatamente na percepção real e concreta de que existem valo-

res que não se encontram, embora passíveis de serem previstos taxativa-

mente num dado Texto Constitucional e que, mesmo assim, ainda gozam

de indisputável aceitabilidade da comunidade submetida àquele Texto

Supremo. (CORDEIRO, 2008, p. 141)

É possível mensurar critérios para a criação de instrumentos

ágeis de substituição à prisão civil em sede de alimentos. Peculiar é

a defesa da regulamentação de um cadastro nacional de devedores de

pensão alimentícia.

Além disso, abrangendo outros débitos alimentares entre ex-cônjuges, por

exemplo, instrumentos podem ser suscitados como a criação de um cadas-

tro de devedores de pensão alimentícia, a exemplo dos cadastros do Serasa,

a ﬁm de que sejam inscritos os inadimplentes, o que lhes impossibilitaria

de exercer atos de comércio, de contrair empréstimos bancários, partici-

par de licitações, constituir participação em sociedades civis e comerciais,

comprar e vender móveis e imóveis, dentre outros. (FACHIN, 2005, p. 91)

8

5

No julgamento do habeas corpus nº 87.585/TO, o Ministro Marco Aurélio destacou que o legislador

regulou a prisão civil de forma permissiva e não vinculada. Segundo ele, o disposto no aludido dispositivo

constitucional “não se mostra autoaplicável, até mesmo ante o silêncio quanto ao período de custódia [...]

para ter eﬁcácia e concretude, depende de regulamentação da prisão, inclusive quanto ao instrumental,

para alcançar-se essa mesma prisão”. (MAIA, 2013, p. 106)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



61

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

Ideia verossímil, dado que parte dos processos já é digital e há um

sistema central que armazena os dados das partes a partir do Cadastro de

Pessoa Física (CPF). Cite-se que o Conselho Nacional de Justiça já dispo-

nibiliza, por exemplo, o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conﬂito

com a Lei (CNACL) e o Cadastro Nacional de Entidades Devedoras

Inadimplentes (CEDIN). A tecnologia para o suporte de dados já existe86.

Outra diretriz pode ser a indicação da inclusão do nome do devedor

de alimentos em sistemas de restrição a créditos já existentes. A inscri-

ção do devedor no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e

no serviço de restrição de operações bancárias (Serasa) inviabiliza um

número razoável de operações do cidadão. A capilaridade destes órgãos

é grande no Brasil, facilitando até mesmo a localização do réu devedor.

A busca pela restrição cadastral ao devedor de pensão alimentí-

cia já vem sendo experimentada com sucesso na prática forense brasi-

leira. No V Encontro de Defensores Públicos de São Paulo foi aprovada

súmula que recomenda o pedido de inscrição do nome do devedor de

alimentos nos cadastros de proteção ao crédito87. Fundamentou-se tal

tese no poder geral de cautela que o juiz deve adotar na condução do

feito processual.

O Provimento nº 03/2008, do Tribunal de Justiça de Pernambuco88,

já permitia a inclusão do nome do inadimplente da pensão judicial

perante o Cartório de Protestos de Títulos e Documentos. O devedor

é notiﬁcado anteriormente para, no prazo de 72 horas, saldar o débito.

Assim, só após sua inércia seu nome será registrado no citado Cartório

para as sanções legais.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2013, já havia ﬁrmado o

Convênio nº 81/2013 com o Serviço de Proteção ao Crédito. Isto permi-

tiu a inclusão do nome do réu devedor sob o custo de doze reais e vinte

8

8

6

7

Disponível em: http://www.cnj.jus.br/sistemas

Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/20/Documentos/

TODAS%20AS%20TESES/TESE.04.12.pdf

8

8

Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/noticias\_ascomSY/ver\_noticia.asp?id=5526

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

2

Rodrigo Ferreira Lima

centavos (à época) para o requerente, salvo o beneﬁciário da assistência

judiciária gratuita89.

Interessante atentar para a diretriz estabelecida pelo Projeto de

Lei nº 2.285/2007, Estatuto das Famílias, o qual tramita regularmente na

Câmara dos Deputados. Entre outras medidas, ali se dispõe, no artigo

2

06, acerca da previsão de inscrição do réu devedor de alimentos em um

Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos a ser criado e mantido

pelo Poder Judiciário.

Art. 206. Citado o réu, e deixando de proceder ao pagamento, o juiz deter-

minará a inscrição do seu nome no Cadastro de Proteção ao Credor de

Alimentos e demais instituições públicas ou privadas de proteção ao cré-

dito. § 1º O juiz deve comunicar o valor e o número das prestações ven-

cidas e não pagas. § 2º A determinação não depende de requerimento do

credor. § 3º Quitado o débito, a anotação é cancelada mediante ordem

judicial. (Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/

prop\_mostrarintegra?codteor=517043&ﬁlename=PL+2285/2007)

Tal cadastro já está presente na Argentina, especiﬁcamente na

Província de Buenos Aires, Lei Provincial 13.704, sob o nome de “Registro

de Devedores Alimentares Morosos” (REDAM). Os inscritos no REDAM

ﬁcam proibidos de participar de licitação, de obter a renovação da

licença para dirigir, de participar das eleições, de ocupar funções públi-

cas, de obter alvarás de funcionamento de estabelecimentos e de movi-

mentar conta corrente em instituições ﬁnanceiras oﬁciais.

Registro de Devedores Morosos de Alimentos - REDAM - Criado pela

Lei 13.074, inicia suas operações em meados de 2004 e tem como obje-

tivo registrar todo descumprimento de pagamento de obrigação alimentar

decorrente de decisão judicial ou por acordo judicialmente homologado.

Para a inclusão no cadastro deve o réu estar inadimplente com certo

8

9

Disponível em: http://www.tjsp.jus.br/Institucional/Corregedoria/Comunicados/Comunicado.aspx?

Id=6236

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

3

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

número de prestações (três consecutivas ou cinco alternadas). Isso implica

que as instituições, autoridades, agências governamentais, provinciais e

municipais não concederão crédito ou permitirão a abertura de conta cor-

rente entre outros ao devedor em mora. Não vai ser emitida ou renovada a

carteira de motorista do demandado. Não poderá o devedor fornecer bens

ou serviços para a província, municípios e agências descentralizadas. Não

serão concedidas ao devedor de alimentos nem autorizações de abertura

de comércio e/ou indústria e nem tampouco concessões ou permissões,

além de ser excluído das licitações. (Tradução livre)90.

A inscrição prévia do devedor de alimentos em cadastros restritos

pode evitar, em alguma medida, a prisão civil. Uma vez negativado, o

cidadão é induzido a estabelecer um diálogo com o credor. Logo, há uma

tendência a não haver um acúmulo excessivo de débitos.

Nesta esteira de aperfeiçoamento dos meios de coerção ao cumpri-

mento da obrigação alimentar, cite-se o Renajud, criado pelo Conselho

Nacional de Justiça, meio de restrição cadastral aos veículos do deve-

dor que integra e interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de

Trânsito (Denatran), de modo a facilitar a apreensão e a penhora de tais

bens dos devedores.

Há uma conjunção de proposições legislativas e decisões judi-

ciais objetivando aperfeiçoar os meios de cobrança da pensão alimen-

tícia. Prioriza-se a satisfação das necessidades da criança credora de

alimentos. A proteção integral do menor inclina o intérprete a obter da

norma a conciliação entre as necessidades do infante e a diretriz de um

célere processo.

9

0

Disponível em: http://www.mjus.gba.gov.ar/DeudoresAlimentariosMorosos/registro.html

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

4

Rodrigo Ferreira Lima

5

.3 COBRANÇA DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

SUBSIDIÁRIA EM RELAÇÃO AO ESTADO

A discussão acerca dos meios de persecução de alimentos no Brasil

faz reﬂetir sobre o contingente razoável de crianças sem a devida assis-

tência. Em alguma medida, tal insucesso pode ocorrer em virtude da

não localização do devedor ou até mesmo da impossibilidade material

do adimplemento da obrigação.

Assim, há que se questionar nas hipóteses acima narradas a quem

caberia o adimplemento da obrigação. O Estado teria a responsabilidade

em relação a estes menores credores de uma prestação alimentar?

A resposta começa por relembrar a distinção entre o débito e a res-

ponsabilidade presentes em uma obrigação. O débito é a prestação a ser

cumprida, ao passo que a responsabilidade91 é a possibilidade de coer-

ção do patrimônio do devedor ou de outrem (nos casos de ﬁança e aval).

Logo, débito em relação ao credor de alimentos o Estado não teria.

Todavia, há responsabilidade do Estado em relação ao infante credor de

alimentos, especiﬁcamente a partir do artigo 203, II, da Constituição

Federal, o qual determina a responsabilidade do Estado no amparo às

crianças e adolescentes carentes92.

Tais mandamentos concretizam uma das metas da República

Federativa do Brasil, segundo o artigo 3º, III, da Constituição da

República93, que é a redução das desigualdades sociais.

Assim, é possível enquadrar esta responsabilidade estatal em rela-

ção aos menores credores de alimentos, cujos pais ou não podem pagar ou

91

“Ao bipartirmos uma obrigação, encontramos dois elementos essenciais: o débito e a responsabilidade.

No direito comparado, são deﬁnidos, respectivamente, como schuld (débito) e haftung (responsabilidade)”.

(FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 14)

9

2

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de

contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: II - o amparo às crianças e adolescentes carentes

...] (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso

em: 11/06/2015)

[

9

3

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

5

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

não foram localizados, sob o viés da assistência social94. Relembrando-se

que a assistência social comina deveres ao ente público, sem a necessi-

dade de contrapartida pelo beneﬁciado.

A lógica dos microssistemas jurídicos impõe a especiﬁcação da

situação de grupos de cidadãos em situações de maior vulnerabilidade

em face da percepção da dinamicidade dos valores da sociedade95. Tal

determinação faz alusão ao art. 5º, I, da Constituição Federal, qual seja

o princípio da igualdade material. Ali é determinado o tratamento desi-

gual aos desiguais.

Logo, é imprescindível interpretar o comando da Constituição

Federal de 1988, no que se refere à ajuda às crianças em situação de

desamparo à luz dos valores da sociedade atual. Será que o conceito de

vulnerabilidade social de hoje é idêntico ao de 1988, data da promulga-

ção da Carta Magna? Por óbvio que não.

Assim, não se pode olvidar que os direitos e garantias constitucio-

nais tiveram seu espectro de validade modulados pelos operadores do

Direito.Éainterpretaçãoconstrutiva,apermitiraextensãodosefeitosda

norma a situações outrora não especiﬁcadas pela Constituição Federal.

A interpretação construtiva consiste na ampliação do sentido ou exten-

são do alcance da Constituição – seus valores, seus princípios – para o

ﬁm de criar uma nova ﬁgura ou uma nova hipótese de incidência não pre-

vista originariamente, ao menos não de maneira expressa. (BARROSO,

2

010, p. 130)

O essencial é repensar o papel do Estado em face das situações de

inadimplemento familiar. Haveria ou não tal responsabilidade em rela-

ção ao Estado identiﬁcado como de bem-estar social?

9

4

“A assistência social visa a proteção do indivíduo que não possa por si só, ou com a ajuda de seus

familiares, obter seu sustento”. (HOR VATH, 2006, p. 46)

“A mutação constitucional em razão de uma nova percepção do Direito ocorrerá quando se alterarem

9

5

os valores de determinada sociedade. A ideia do bem, do justo, do ético varia com o tempo. Um exemplo: a

discriminação em razão da idade, que antes era tolerada, deixou de ser”. (BARROSO, 2010, p. 137).

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

6

Rodrigo Ferreira Lima

É questionável se não é possível um maior protagonismo do Estado

nesta seara do atendimento das necessidades de infantes credores da

pensão alimentícia, notadamente em relação àqueles menores que recor-

rem à Justiça, sem, contudo, obter a prestação requerida. Há já argu-

mentos que corroboram que a manutenção deste instituto em certas

circunstâncias é uma forma de omissão por parte do Estado.

Advoga-se, pois, problematizar a prisão civil como válvula de irresponsa-

bilidade do próprio Estado, uma vez que o campo das prestações familiares

não está mais circunscrito à seara privada da família. A prisão é relevante

para chancelar o inadimplemento culposo e contumaz, mas não deve eli-

minar a responsabilidade do Poder Público. (FACHIN, 2005, p. 176)

Tal prestação, de alguma forma, já encontra precedentes no

ordenamento jurídico vigente. O artigo 14 do Estatuto do Idoso

(Lei nº 10.741/2003)96 determina que o Poder Público deverá prover as

necessidades econômicas dos idosos que não possuam condições de

manter-se ou cujos familiares não possam fazê-lo.

Para tanto, o artigo 2º, I, da Lei Orgânica de Assistência Social

(nº 8.742/1993)97 regulamenta o Benefício de Prestação Continuada, no

valor de um salário mínimo. Este mesmo artigo 2º, I, da Lei Orgânica de

Assistência Social prevê o amparo às crianças e adolescentes carentes.

Logo, é razoável entender dever haver simetria em relação à proteção a

idosos e crianças imposta ao Estado.

9

6

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu

sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social. (Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCivil\_03/leis/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 04/06/2015)

9

7

Art. 2º. A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à

redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: b) o amparo às crianças e aos

adolescentes carentes; e) a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deﬁciência

e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua

família [...] (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil\_03/Leis/L8742compilado.htm. Acesso em:

0

7/06/2015).

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

7

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

O artigo 2º, I, da Lei nº 8.742 não é taxativo ao determinar ao Estado

a proteção de crianças e adolescentes carentes. Pelo contrário, há uma

cláusula aberta, de sorte que, dentro desta ampla proteção, poder-se-ia

interpretar que o Estado deve, pelos meios que lhe estejam disponíveis,

satisfazer aquela necessidade. Meios disponíveis como, por exemplo, o

Benefício de Prestação Continuada já ofertado a idosos e deﬁcientes.

Não merecem a criança carente e o adolescente desamparado

também proteção, assim como o idoso e o deﬁciente nos termos da Lei

Orgânica da Assistência Social? O princípio da absoluta prioridade da

proteção à infância, contido no artigo 227 da Constituição, prega, até

mesmo, uma primazia na proteção da criança e do adolescente98.

É certo que o artigo 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente99

reforça a Constituição e atrela o atendimento de tais direitos à ação

do Estado. A vida e a dignidade da criança são estimuláveis a partir da

defesa de condições dignas de existência. Tal dignidade vem a constituir

um conteúdo veriﬁcável e preenchível no caso concreto.

O argumento em comento acerca do pagamento pelo Estado dos

alimentos ao menor desamparado pode gerar algum questionamento,

principalmente sob a alegação de, supostamente, o Estado estar assu-

mindo uma obrigação eminentemente de particulares. Todavia, é impor-

tante o estabelecimento de critérios.

A cobrança dos alimentos deve ser realizada e buscada a partir

da persecução do patrimônio do genitor do menor. Ocorre que, uma

vez esgotados todos os meios de localização do devedor, ou não sendo

possível o adimplemento, há de se questionar como proceder-se-á o

9

8

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem,

com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à proﬁssionalização,

à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a

salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 09/06/2015)

9

9

“A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas

sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições

dignas de existência”. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/leis/L8069Compilado.htm.

Acesso em: 13/06/2015)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

8

Rodrigo Ferreira Lima

adimplemento da obrigação alimentar em face do princípio da prote-

ção integral ao menor.

No contexto anteriormente mencionado, é possível imputar ao

Poder Público a satisfação da necessidade alimentar do menor. A res-

ponsabilidade é mediata100, ou seja, subsidiária àquela dos genitores

e parentes.

Maria Berenice Dias é enfática ao aﬁrmar que, a partir do Estatuto

do Idoso, esta obrigação alimentar do Estado101 em relação ao menor

carente, frustradas as cobranças em relação aos parentes, ﬁcou explícita.

Assevera que aos maiores de 14 anos o poder público deve cumprir tal

mister garantindo-lhes trabalho como aprendiz e aos menores de14 anos

fornecer um salário mínimo.

Ora, se o Estado deve pagar alimentos ao idoso, com muito mais razão é

de se reconhecer que tem a mesma obrigação com relação a quem asse-

gura, com absoluta prioridade, proteção integral: crianças e adolescentes.

Assim, ﬂagrada a absoluta ausência de condições não só dos pais, mas dos

parentes que têm a obrigação de garantir a sua sobrevivência em decorrên-

cia dos vínculos familiares. Ao menos os menores de 14 anos fazem jus a

valor assegurado aos idosos de mais de 65 anos: um salário mínimo mensal.

A quem tiver entre 14 e 18 anos de idade, a forma de o Estado safar-se

do pagamento dos alimentos é garantir-lhes trabalho como aprendiz102.

1

00 “O que se propõe, enﬁm, é a possibilidade concreta, especialmente para a criança e o adolescente,

de reclamar o atendimento do direito da segurança social, isto é, diante do inadimplemento da

obrigação alimentar, a preocupação essencial seja com a realização desses direitos fundamentais sob a

responsabilidade mediata do Estado”. (FACHIN, 2005, p. 178)

1

01 Assim, em se tratando de uma responsabilidade solidária, é de todos os entes, podendo a ação de

alimentos ser proposta contra qualquer um deles, que não podem nem alegar sua ilegitimidade passiva,

descabendo chamar ao processo os demais entes públicos para responder à ação. Assim, desponta

como mais justo o bloqueio judicial de valores nas contas bancárias da Fazenda Pública, a ﬁm de tornar

indisponível o crédito do ente público no valor da obrigação. Trata-se de medida acautelatória menos

gravosa e com resultado mais efetivo. (Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/9\_-\_os\_

alimentos\_ap%F3s\_o\_estatuto\_do\_idoso.pdf. Acesso em: 17/06/2015)

1

\_

02 Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/9\_os\_alimentos\_ap%F3s\_o\_estatuto

do\_idoso.pdf

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

9

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

Importante citar, outrossim, que a assunção de tal responsabili-

dade pelo Estado ocorre de forma solidária em relação ao genitor deve-

dor originário de alimentos. Assim, o Estado pode indicar ao processo

o ascendente devedor, consoante a legislação pertinente, quando trata

da divisão dos encargos da obrigação alimentar, assim como aqueles

parentes que possuem um grau mais próximo excluem aqueles de grau

mais remoto nos termos do artigo 1.698 do Código Civil103 brasileiro.

Assim, em se tratando de uma responsabilidade solidária, é de todos os

entes, podendo a ação de alimentos ser proposta contra qualquer um deles,

que não podem nem alegar sua ilegitimidade passiva, descabendo chamar

ao processo os demais entes públicos para responder à ação104.

Nos termos do artigo 227 da Constituição Federal105, pode se con-

siderar o Estado como terceiro interessado na relação familiar, porque

haverá de ter o papel de garantidor dos direitos da infância. Em assim

sendo, uma vez havendo o adimplemento pelo Poder Público de uma

pensão alimentícia em substituição aos familiares responsáveis, é natu-

ral que o Estado tenha direito de regresso em face do originário devedor.

Tal conclusão decorre dos próprios efeitos do instituto da sub-ro-

gação, nos moldes do artigo 346 e incisos do Código Civil brasileiro106.

1

03 Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar

totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas

a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra

uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/

CCivil\_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 16/06/2015)

1

04 Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/9\_-\_os\_alimentos\_ap%F3s\_o\_estatuto\_do\_

idoso.pdf

05 Art. 227 da Constituição Federal: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança,

1

ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação,

ao lazer, à proﬁssionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e

comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência,

crueldade e opressão.

1

06 Art. 346 do Código Civil de 2002: A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor: I - do credor

que paga a dívida do devedor comum; III - do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou

podia ser obrigado, no todo ou em parte. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil\_03/leis/2002/

L10406compilada.htm. Acesso em: 17/06/2015)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



7

0

Rodrigo Ferreira Lima

Assim, o Poder Público, uma vez sub-rogado nos direitos do credor,

tem, certamente, instrumentos mais eﬁcazes de cobrar adequadamente

o débito do réu.

O pagamento mediante sub-rogação107 satisfaz a mantença ime-

diata da criança, ao passo que reitera a responsabilidade do genitor e

dos respectivos parentes. Deste ponto de vista, não há que se falar em

estímulo à irresponsabilidade parental.

Nesta assentada, até mesmo os genitores ou parentes do menor que

não dispusessem de recursos imediatos poderiam ser acionados judicial-

mente. Há, assim, quem defenda a possibilidade da realização de servi-

ços à comunidade pelo cidadão carente, devedor dos alimentos. Desta

forma, ao ser exercido o direito de regresso pelo Poder Público, haveria

uma contraprestação do réu em relação ao adimplemento da obrigação

alimentar: “Aos devedores despidos de patrimônio, comprovadamente,

poderão ser dirigidas sanções de prestação de serviços à comunidade”.

(FACHIN, R., 2005, p. 178)

O direito de regresso já é praticado pelo Estado em outras situa-

ções. No seguro obrigatório para danos pessoais causados por veículo

automotor em via terrestre, seguro de danos pessoais causados por

veículos automotores (DPVAT)108, a seguradora responsável pela apó-

lice pode acionar o responsável pelo acidente para ressarcimento do

valor desembolsado.

Citem-se também as ações acidentárias regressivas interpostas

pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, a ﬁm de reaver dos causa-

dores de acidentes valores gastos com pensões aos familiares e auxílios

às vítimas sobreviventes109.

1

07 “O principal efeito da sub-rogação é, exatamente, transferir ao novo credor todos os direitos, ações,

privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e seus ﬁadores”.

(GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2009, p. 165)

1

08 Artigo 8º da Lei nº 6.194/1974: Comprovado o pagamento, a Sociedade Seguradora que houver pago a

indenização poderá, mediante ação própria, haver do responsável a importância efetivamente indenizada.

09 “A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Previdência Social estão cobrando a restituição de mais de

1

R$ 90 mil na primeira Ação Regressiva de Trânsito, ajuizada na quinta-feira (03/11), na Justiça Federal

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



71

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

O Estado, ao cobrar um débito, dispõe de um arcabouço de infor-

mações a facilitar a persecução do seu objetivo. Tem acesso a cadastros

e a bancos públicos de informações amplos e detalhados que o menor

credor de alimentos não teria como acessar. Menor de idade, credor de

alimentos, pessoa física que às vezes sequer tem a informação exata do

endereço do réu.

Ademais, uma vez constituindo o crédito de alimentos em favor

do Estado, este tem meios eﬁcazes de constranger o devedor ao paga-

mento. Há logo a possibilidade do lançamento do nome do inadimplente

na dívida ativa, impedindo que acesse recursos públicos, empréstimos,

subvenções, concessões de bolsas ou auxílios.

de Brasília. A partir de agora, todo infrator que causar acidente por negligência, ao cometer infração

gravíssima, vai enfrentar processo judicial para ressarcir os valores pagos pelo Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS) a título de indenização e pensão para a família das vítimas”. (Disponível em: http://www.agu.gov.

br/page/content/detail/id\_conteudo/169794. Acesso em: 03/06/2015.)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



6

. CONSIDERAÇÕES

FINAIS

CONSIDERAÇÕES

FINAIS



7

3

A

mentos passa por evitar o agravamento das situações

busca por alternativas à prisão civil do devedor de ali-

de superpopulação carcerária. Ademais, meios de coerção

adequados poderão contribuir para uma adequada satis-

fação do crédito alimentar em relação ao menor.

A constitucionalização do Direito Civil110 favorece o esforço de

ultrapassar o instituto da prisão civil do devedor de alimentos como

meio punitivo por excelência, ou quiçá o manejo proporcional do ins-

tituto da referida prisão, dado que a Constituição Federal é expressa

em permiti-lo.

Para tanto, é útil o aperfeiçoamento de meios indiretos adequados

de cobrança. A inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito, a restrição

veicular e a utilização do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço são apresentadas como meios alternativos à prisão.

Seguramente, é preciso criatividade do juiz, especialmente diante das

novas perspectivas sincréticas do processo de execução, para adotar as

providências que se apresentarem efetivas para a obtenção do resul-

tado prático almejado – que é o cumprimento da obrigação alimentar.

Assim, todas as providências processuais decorrentes da tutela especíﬁca

parecem muito bem-vindas, sendo aplicáveis à execução de alimentos.

(FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 812)

110 “A intervenção do Estado nas relações de direito privado permite o revigoramento das instituições de

direito civil e, diante do novo texto constitucional, forçoso ao intérprete redesenhar o tecido do Direito Civil à

luz da nova Constituição”. (DIAS, 2013, p. 35)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



7

4

Rodrigo Ferreira Lima

Algo deve ser feito nas hipóteses de insucesso na cobrança do

débito alimentar. Isto quando a ação perante o Poder Judiciário não

trouxer resultado útil ao menor hipossuﬁciente. Logo, defensável que o

Estado não permaneça inerte em relação à impossibilidade de adimple-

mento desta obrigação, principalmente a partir do disposto no artigo 6º

da Constituição Federal (Direito Social à Alimentação)111.

A criança não poderá permanecer sem fonte de subsistência em

decorrência de uma situação que não contribuiu para ocorrer. O princí-

pio da máxima proteção do menor favorece que o Estado possa assumir

tal obrigação em situações desta natureza.

Esses posicionamentos e dispositivos legais reﬂetem a ideia que impõe a

responsabilidade ao Estado no campo das prestações alimentares fami-

liais, fazendo-o, de certo modo, substituir-se ao devedor dos alimentos, a

ﬁm de garantir melhores condições mínimas de subsistência para o desen-

volvimento digno de quem os necessita. (MAIA, 2013, p. 99)

A cominação de tal obrigação alimentar de caráter eminentemente

cível112 e não penal ao Estado sugere ao Judiciário o aperfeiçoamento da

persecução cível alimentar. Estimulável igualmente a mediação, a ﬁm

de assegurar a razoável duração do processo, dada a natureza da tutela

a ser ofertada.

A mediação exerce papel de destaque ao permitir às partes a reﬂe-

xão acerca das causas de seus respectivos impasses. Imprescindível o

aperfeiçoamento de núcleos de conciliação prévia e a assistência por

equipes multidisciplinares.

Sem qualquer dúvida, a mediação é o instrumento indicado para os conﬂi-

tos do Direito das Famílias, servindo para arrefecer os ânimos das partes

111 MAIA, 2013, p. 50.

112 “Como visto, essa prisão civil por dívida, irracional, ilógica e antiética, existiu, mais, no tempo, em razão

do depositário inﬁel, atualmente proibida”. (AZEVEDO, 1993, p. 173)

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



7

5

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

e, ao mesmo tempo, auxiliar a deliberação de decisões mais justas e con-

sentâneas com os valores personalíssimos de cada um dos interessados.

(FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 812)

Assim, é possível crer não haver entrave legal para a implanta-

ção, no Brasil, de um registro de devedores de pensão alimentícia, nos

moldes do que já existe na República do Peru113, um banco de dados com

as informações do processo e do débito acessíveis a todos via internet.

Para obter os dados, basta informar ou o nome completo do demandado

ou o número de algum documento oﬁcial.

Figura 1 – Cadastro judicial de identiﬁcação dos devedores de pensão alimentícia

Fonte: https://casillas.pj.gob.pe/redamWeb/

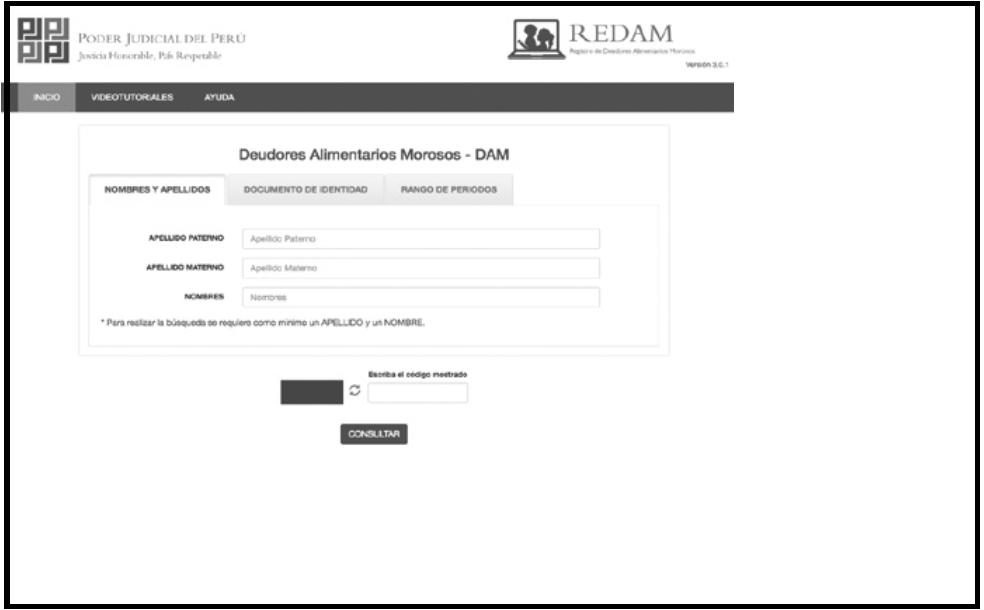
É uma tecnologia assimilável pela Justiça brasileira, na medida em

que a informatização dos processos avança. A implantação de um sistema

113 Disponível em: https://casillas.pj.gob.pe/redamWeb/\_rlvid.jsp.faces?\_rap=pc\_Index.mostrar

BusquedaPorDocumento&\_rvip=/index.jsp

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



7

6

Rodrigo Ferreira Lima

como o retromencionado pode ocorrer a partir de iniciativa do próprio

Poder Judiciário brasileiro, por meio de sua função regulamentar.

O redesenho da cobrança de alimentos deve ser realizado a partir

da realidade brasileira, onde há diﬁculdade em se percutir os débitos e

uma superpopulação carcerária. O desenvolvimento de meios adequa-

dos é imprescindível para a aﬁrmação do direito de alimentos do menor.

Não se quer apologizar o ﬁm absoluto da prisão civil do devedor

de alimentos no Brasil, uma vez que a Constituição Federal traz norma

expressa neste sentido. O importante é caminhar a ﬁm de se permitir um

esgotamento dos arcabouços jurídicos existentes, para que a prisão civil

do devedor de alimentos possa ser, de fato, a última medida.

A tecnologia hoje empregada no monitoramento das atividades

do cidadão permite indicar meios razoáveis de constrição de recursos

ﬁnanceiros para o adimplemento do débito alimentar. Lembre-se de

que os créditos trabalhistas têm igualmente natureza alimentar, entre-

tanto não há o recurso à prisão civil. É importante aperfeiçoar meios

de persecução antecedentes à prisão civil, de forma a torná-la um expe-

diente refratário.

A inadequação deste modelo pode ser reﬂetida na ausência de celas

especiais para os devedores de alimentos, especialmente no interior do

Brasil. Logo, é importante a consideração das hipóteses de relaxamento

de prisão ou até habeas corpus, em tais circunstâncias, visto o eventual

desrespeito às peculiaridades desta prisão civil. Leia-se que a utilização

do habeas corpus não se presta a discutir a natureza do débito, e sim a

peculiaridade do meio de cumprimento desta prisão.

Fato novo ao ordenamento jurídico brasileiro foi o surgimento, em

011, da Leinº 12.403, regulando medidas cautelares alternativas à prisão

2

de natureza penal, como a determinação de recolhimento à residência a

partir de certo horário ou mesmo a prisão domiciliar em tempo integral.

Pelo princípio da proporcionalidade, é defensável a aplicação de

tais medidas cautelares também em sede de execução de alimentos,

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



7

7

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

especialmente a partir de um sistema carcerário deﬁcitário e com neces-

sidade de racionalização da alocação de vagas.

A redeﬁnição do modelo da prisão civil do devedor de alimentos

passa por um esforço em esgotar métodos de persecução dos créditos

em tela. Recursos e caminhos podem ser observados a partir do que

ocorre em obrigações de natureza diversa. A relativização deste modelo

de cobrança de alimentos por prisão já ocorreu em outros ordenamen-

tos jurídicos do mundo.

Tal perspectiva dentro do cenário nacional já demonstra indica-

tivos. Decisões esparsas, projetos de lei e mudanças de entendimento

em diferentes órgãos da Justiça reconhecem as distorções dos efeitos

da prisão civil sobre os indivíduos, suas famílias e o sistema carcerá-

rio. Novos meios de persecução, em última análise, visam a favorecer o

infante, na medida em que o Estado também é responsável pela segu-

rança alimentar e subsistência do menor.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS



7

9

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. 2ª ed. São Paulo: Malheiro, 2011.

Tradução de Virgílio Afonso da Silva.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. AGU e INSS protocolam em Brasília 1ª Ação Regressiva

contra causador de acidente de trânsito que gerou indenização da Previdência

Social. 08/11/2011. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\_

conteudo/169794>. Acesso em: 03 jun. 2015.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora,

1

981.

ASSIS, Araken de. Da execução de alimentos e prisão do devedor. 4ª ed. São Paulo:

Editora Revista dos Tribunais, 1998.

AZEVEDO, Álvaro Vilaça. Prisão civil por dívida. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Bacenjud. Introdução. Disponível em: < http://www.bcb.gov.

br/?JUDINTRO>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BARCELLOS, Ana Paula de. A eﬁcácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio

da dignidade da pessoa humana. 3ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora

Renovar, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos

fundamentais e a construção do novo modelo. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BÉATRICE, MAURER. Notas sobre o respeito da dignidade da pessoa humana... ou

pequena fuga incompleta em torno de um tema central. pp. 119 a 144. In: SARLET, Ingo

Wolfgang (Organizador). Dimensões da Dignidade. Ensaios de ﬁlosoﬁa do direito e direito

constitucional. (Notas sobre o respeito da dignidade da pessoa humana ... ou pequena

fuga incompleta em torno de um tema central). 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado,

2

013.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 1909. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Tradução de Nelson Coutinho.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia

8

0

Rodrigo Ferreira Lima

BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda.,

2

003.

BORDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean-Claude. A proﬁssão

do sociólogo: preliminares epistemológicas. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº 11.441. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 jan. 2007.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2007/lei/l11441.htm>.

Acesso em: 22 jun. 2015.

\_

2

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 10.741. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 01 out.

013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso

em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.452. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil. Brasília,

DF, 01 mai. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/del5452.

htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_

2

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 12.318. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago.

010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.

htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_

1

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 5.869. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan.

973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 22

jun. 2015.

\_

2

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 13.105. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 mar.

015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.

htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_

0

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF,

7 dez.1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil\_03/Leis/L8742

compilado.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_

1

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul.

990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/leis/L8069Compilado.htm >.

Acesso em: 22 jun. 2015.

\_

2

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan.

002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil\_03/leis/2002/L10406compilada.htm>.

Acesso em: 22 jun. 2015.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



81

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 6.194. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez.

1

974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L6194.htm>. Acesso em:

2

2 jun. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 8.560. Diário Oﬁcial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez.

1

2

992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8560.htm>. Acesso em:

2 jun. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 80. Diário Oﬁcial da República Federativa do

Brasil, Brasília, DF, 04 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/

Constituicao/Emendas/Emc/emc80.htm#art>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRESCIANI, Eduardo. Mais de 63% dos idosos dizem sofrer de hipertensão, diz ministério.

2

6 abr. 2010. Brasília. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/04/

mais-de-63-dos-idosos-dizem-sofrer-de-hipertensao-diz-ministerio.html>. Acesso em: 03

jun. 2015.

BUENOS AIRES PROVINCIA. Registro de Deudores Alimentarios Morosos. Disponível em:

<

2

http://www.mjus.gba.gov.ar/DeudoresAlimentariosMorosos/registro.html>. Acesso em:

2 jun. 2015.

BUSTAMANTE, Vânia. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21 (6): 1865-1874,

nov.-dez., 2005. Tradução de Leny A. Bonﬁm.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 18ª ed. Rio de Janeiro:

Lumen Juris, v. 1, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei que dispõe sobre protesto de dívidas

alimentares. 09 nov. 2010. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/

prop\_mostrarintegra?codteor=815725& ﬁlename=PL+7841/2010>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto das Famílias.

2

5 out. 2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\_

mostrarintegra?codteor=517043&ﬁlename=PL+2285/2007>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; BARBOSA, Cláudia de Faria; CALDEIRA, Bárbara Maria

dos Santos. Ética do cuidar e relações de gênero? Práticas familiares e representações da

divisão do tempo. Revista Estudos Sociológicos. Araraquara, v. 17, nº 32, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil. Família e Sucessões. 3ª ed. São Paulo:

Saraiva, nº 5, 2010.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



8

2

Rodrigo Ferreira Lima

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. Direitos das pessoas idosas e

a implementação da convenção. Disponível em: <http://www.cepal.org/celade/noticias/

paginas/4/37384/pciprianocipd15.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistemas. Disponível em:

<

http://www.cnj.jus.br/sistemas>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CONSULTOR JURÍDICO. Devedor de pensão tem nome incluído no SPC. 23 jul. 2010. São

Paulo. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-jul-23/pai-nao-paga-pensao-

alimenticia-nome-incluido-spc>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CONSULTOR JURÍDICO. STJ concede prisão domiciliar a avó devedora de alimentos.

2

2 out. 2013. São Paulo. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-out-22/turma-stj-

concede-prisao-domiciliar-avo-devedora-alimentos>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CORDEIRO, Maurício. Prisão civil por dívida e sua proscrição deﬁnitiva (visão de uma nova

parametricidade normativa). São Paulo: Fatasch, 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.dudh.org.

br/declaracao>. Acesso em: 22 jun. 2015.

DE CULPIS, Adriano. Os direitos da personalidade. Lisboa: Livraria Morais, 1961. Tradução:

Adriano Vera Jardim e Antônio Miguel Caieiro.

DEMO, Pedro. Metodologia Cientíﬁca em Ciências Sociais. 3ª ed. revista e ampliada.

São Paulo: Editora Atlas S.A., 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÔMICOS. A situação

do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. 2012. São Paulo. Disponível

em: http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalho Brasil.pdf> Acesso em:

2

2/06/2015

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio da Cruz; MINAYO, Maria Cecília de Souza

(Organizadora). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Editora

Vozes,1994.

DIAS, Maria Berenice. A ética na jurisdição da família. Disponível em: www.mariaberenice.

com.br. Acesso em: 17 jun. 2015

\_\_\_\_\_\_\_. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

\_\_\_\_\_\_\_. Os alimentos após o Estatuto do Idoso. Disponível em: <http://www.ariaberenice.

com.br/uploads/9\_-\_os\_alimentos\_ap%F3s\_o\_estatuto\_do\_idoso.pdf>. Acesso: em 22 jun.

2015.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



8

3

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

DIREITO DAS FAMÍLIAS BLOG. Tutela da obrigação alimentícia a favor das crianças em

Portugal. Antônio José Fialho. 24 nov. 2011. Disponível em: <http://direitosdasfamilias.

blogspot.com.br/2011/11/tutela-da-obrigacao-alimenticia-favor.html>. Acesso em:

2

2 jun. 2015.

DOTTI, René Ariel. Declaração Universal dos Direitos do Homem e notas da legislação

brasileira. 2ª ed. Curitiba: JM, 1999.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Editora Perspectiva. 15ª ed. São Paulo, 1977.

EUROPEAN JUSTICE. Pensiones alimenticias – España. 01 dez. 2014. Disponível em:

<

https://e-justice.europa.eu/content\_maintenance\_claims-47-es-pt.do?clang=es>.

Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_. Créances alimentaires – Belgique. 10 mar. 2015. Disponível em: <https://e-justice.

europa.eu/content\_maintenance\_claims-47-be-pt.do?clang=fr>. Acesso em: 17 jun. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_. Créances alimentaires - Luxembourg <https://e-justice.europa.eu/content\_

maintenance\_claims-47-lu-pt.do?clang=fr > Acesso em: 14/06/2015.

FACHIN, Luiz Edson (Coordenador). Averiguação e investigação de paternidade

extrapatrimonial: comentários à Lei nº 8.560/1992. Curitiba: Editora Genesis, 1995.

FACHIN, Rosana Amara Girardi. Dever alimentar para um novo direito de família.

São Paulo: Editora Renovar, 2005.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Direito das famílias. 3ª ed.

Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

\_\_\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_\_\_. Direito Civil. Teoria geral. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_. Direito das obrigações. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 5ª ed. 2011.

FERRANI, Letícia. Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos. Pedaços da realidade

em busca da dignidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

FERREIRA, Ana Bela. Estado gastou 19,5 milhões em pensões de alimentos. 17 mai. 2010.

Portugal. DN PORTUGAL. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.

aspx?content\_id=1571573>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FOCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



8

4

Rodrigo Ferreira Lima

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. Princípios das nações unidas para

as pessoas idosas. 16 dez. 1991. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3\_15/

IIIPAG3\_15\_1.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. v. II:

Obrigações. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GARAPON, Antonine; GROS, Frédéric; PECH, Thierry. Punir em democracia e a justiça será.

Instituto Piaget, 2001.

GARCIA, Ariovaldo Stropa. A história da prisão civil por dívida. Unopar Cientíﬁca - Ciências

Jurídicas e Empresariais. Londrina, v. 2, nº 1, março, 2001.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.

Brasília. Editora Líber Livro, 2005. Série Pesquisa em Educação.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDANI, Ana Maria. Contratos Intergeracionais e Reconstrução do Estado de Bem-

Estar. Por que se Deve Repensar essa Relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia

(Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada,1999.

GOVERNO DE PORTUGAL. Segurança Social Direta. Fundo de Garantia de Alimentos

Devidos a Menores. 07 out. 2013. Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/fundo-de-

garantia-de-alimentos-devidos-a-menores>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. Repensando a pesquisa

jurídica: teoria e prática. 3ª ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2010.

HOR VATH, Jr. Miguel. A previdência social em face da globalização. São Paulo: Editora

Quartier Latin, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perﬁl dos idosos responsáveis

pelos domicílios. 25 jul. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/

noticias/25072002pidoso.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_. Cresce a proporção de idosos na população. 2008. Disponível em:

<

http://teen.ibge.gov.br/pt/mao-na-roda/idosos>. Acesso em: 10 jun. 2015.

JABLONSKI, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no

cotidiano do casamento. Revista Psicologia, Ciência e Proﬁssão. 30 fev. 2010.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



8

5

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

KARAM, Maria Lúcia. Recuperar o desejo da liberdade e conter o poder punitivo.

Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. V. 1.

MAIA, Roberto Serra da Silva. Prisão civil do devedor de alimentos: abolição. São Paulo:

LTR, 2013.

MARMITT, Arnaldo. Prisão civil por alimentos e depositário inﬁel. Rio de Janeiro: Editora

Aide, 1989.

MACHADO, Neto A. L. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 6ª ed. São Paulo:

Saraiva, 1988.

MORANDÉ, Pedro. PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon

(Organizadores). Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar.

Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2005.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco de Barros

(Organizadores). O pai na sociedade contemporânea. Bauru, São Paulo: Editora da

Universidade do Sagrado Coração, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. O método fenomenológico da pesquisa. São Paulo. Thomson

Pioneira, 2002.

MURPHY, Camille Frémontier; ROSENTAL, Claude. Introdução aos métodos quantitativos

em ciências sociais. Lisboa. Edição: Instituto Piaget, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1998. Brasília. Disponível em:

<

http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PASSARINHO, Nathalia. Câmara recua e mantém regime fechado para devedor de

pensão. 11 mar. 2014. Brasília. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/

camara-recua-e-mantem-regime-fechado-para-devedor-de-pensao.html>. Acesso em:

0

5 jun. 2015.

PEREIRA, Sumaya Saady Morhy. Direitos Fundamentais e relações familiares. Porto

Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2007.

PETRINI, João Carlos. Família, gênero e gerações. In: BORGES, A.; CASTRO, M. G. (Orgs.).

Políticas sociais dirigidas à família. Desaﬁos para as políticas sociais. São Paulo:

Paulinas, 2007.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



8

6

Rodrigo Ferreira Lima

PINTO, Otávio Almeida Matos de Oliveira. A prisão do menor emancipado devedor de

alimentos: dilema entre direitos fundamentais. Pará de Minas, Minas Gerais: Editora Virtual

Books, 2013.

PODER JUDICIAL DEL PERÚ. Registro de deudores alimentarios morosos. Lima, Peru.

2

008. Disponível em: <https://casillas.pj.gob.pe/redamWeb/\_rlvid.jsp. faces?\_rap=pc\_

Index.mostrarBusquemostrarBusqued&\_rvip=/index.jsp>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 164/99, de 13 de maio. Diário Oﬁcial da República de Portugal.

Edição nº 111. 13/05/1999. Lisboa. Disponível em: <http://www.cnpcjr.pt/preview\_

documentos.asp?r=1047&m=PDF>. Acesso em: 22 jun. 2015.

PROCURADORIA GERAL DISTRITAL DE LISBOA/MINISTÉRIO PÚBLICO. Decreto-Lei nº 164/99,

de 13 de maio de 1999. Regula a garantia de alimentos devidos a menores. Disponível em:

<

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\_mostra\_articulado.php?nid=709&tabela=leis>. Acesso

em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_. Regulamento (CE) nº 4/2009 do Conselho da Europa, de 18 de dezembro de 2008,

relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à

cooperação em matéria de obrigações alimentares. Disponível em:

<

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\_mostra\_articulado.php?nid=1359&tabela=leis>. Acesso

em: 15 jun. 2015.

QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. Prisão civil e os direitos humanos. São Paulo: Revista

dos Tribunais, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo. Editora

Atlas S.A., 2009.

REALE, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 3ª ed. São Paulo. Editora

Cortez, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eﬁcácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos

direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11ª ed. Porto Alegre. Livraria do

Advogado, 2012.

SENADO FEDERAL. Avança projeto de lei que impede prisão de idosos devedores de

pensão alimentícia. 06 set. 2014. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/

materias/2014/03/19/avanca-projeto-que-impede-prisao-de-idosos-devedores-de-pensao-

alimenticia>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia



8

7

Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37ª ed. São Paulo:

Malheiros, 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na

América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.083.061 RS

(2008/0187911-5). Inteiro teor de acórdão. Diário de Justiça Eletrônico

de 07 abr. 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/

documento/mediado/?componente=ITA&seqsequenc=947007&num\_

registro=200801879115&data=20100407&formato=PDF>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acórdão do habeas corpus nº 87.585-8 Tocantins.

0

3/12/2008. Diário da Justiça Eletrônico nº 118. Publicação em 26 jun. 2009. Disponível

em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=597891>.

Acesso em: 22 jun. 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. Devedor de pensão alimentícia pode ter débito

protestado em cartório. 17 set. 2008. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/noticias\_

ascomSY/ver\_noticia.asp?id=5526>. Acesso em: 22 jun. 2015.

VASCONCELOS. Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia

e metodologia operativa. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.

VEYNE, Paul (Org.). História da vida privada: do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo:

Editora Companhia das Letras, 1989.

WALD, Arnoldo. O novo Direito de Família. 14ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

Defensoria Pública Do estaDo Da bahia

